

Proposta da Sessão
ESTUDOS EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: DIFERENTES GRUPOS,
DIFERENTES FUNÇÕES

Eixo temático:

Coordenador: Eduardo A. Tomanik

A função das Ciências é a produção de conhecimentos

A frase acima, se for lida de forma apressada e superficial, poderia ser aceita como verdadeira ou válida. Isto, inclusive, vem acontecendo com razoável frequência: muitos textos científicos e mesmo livros voltados para a formação de novos pesquisadores reproduzem, ainda que através de uma redação diferenciada, e nem sempre de forma tão explícita, o conteúdo daquela frase. Com frequência, o mesmo conteúdo, embora não verbalizado, pode ser percebido como orientador das ações profissionais de muitos cientistas.

O problema com aquela afirmação é que ela não pode ser considerada como verdadeira ou, ao menos, como plenamente correta. As Ciências não visam e nem visaram, nunca, apenas a produção de conhecimentos, de forma desinteressada e descomprometida.

Francis Bacon, por exemplo, que viveu entre 1561 e 1622, e é considerado como um dos fundadores desta nova forma de pensamento e de relações sociais e com a natureza, já assumia claramente que “a verdadeira e legítima meta das ciências é a de dotar a vida humana de novos inventos e recursos (...)” (1973: p. 55).

Isto mostra e reafirma que, desde sua origem, as práticas científicas não tinham a produção de novos conhecimentos como seu alvo único ou último. Ao contrário, cada um e todos os conhecimentos produzidos por elas servem a uma ou mais funções políticas e sociais e encontram, nestas funções, as justificativas para sua produção. Mesmo as chamadas pesquisas básicas, que não incluem as aplicações práticas dos conhecimentos entre suas preocupações imediatas visam, a médio ou a longo prazos, a geração de produtos ou de aprimoramentos úteis e utilizáveis.

Toda atividade de pesquisa científica envolve, então, além da busca dos objetivos explícitos e assumidos, formas de comprometimento com uma ou várias das funções, nem sempre discutidas ou explicitadas, mas propiciadas ou facilitadas pelos resultados alcançados

ou mesmo apenas pretendidos.

Partindo destes pressupostos, nossos objetivos, para a organização desta Sessão Coordenada foram dois: lembrar a existência deste elemento (as funções políticas e sociais) sempre presente mas normalmente pouco destacado e, com grande frequência, sequer considerado nos projetos e relatórios de pesquisas e em muitos dos textos daí derivados; e evidenciar como pesquisas realizadas à partir do mesmo referencial teórico podem visar a funções que, mesmo sendo compatíveis sob os pontos de vista político e ideológico, são diferentes em seus aspectos mais imediatos e práticos.

Os relatos que serão apresentados nesta Sessão têm, em comum, o fato de serem derivados de pesquisas que tiveram, como base, a Teoria das Representações Sociais.

Um primeiro delineamento formal do conceito e da teoria das Representações Sociais foi apresentado em 1961, num livro escrito por Serge Moscovici e intitulado *La psychanalyse: son image et son public*. Uma tradução deste texto foi publicada, no Brasil, na década de (Moscovici, 1978) e recentemente republicada (Moscovici, 2012).

A teoria das Representações Sociais procura compreender a construção dos saberes sociais e, mais especificamente daqueles saberes produzidos pelos grupos e pessoas, em seus contatos cotidianos com seus semelhantes e com o mundo em que vivem. De acordo com Jovchelovitch (2001) esta teoria permite o estudo daquilo que uma sociedade sabe ou acredita sobre si mesma, o que a rodeia e tudo o que constitui sua existência.

Jodelet (2001, p. 22) define as Representações Sociais, ainda que de forma provisória, como “(...) uma forma de conhecimento social, isto é, uma maneira de interpretar e de pensar nossa realidade cotidiana”. Moscovici (1978, p. 26) afirma que elas são, resumidamente, “(...) uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos”. Bonfim e Almeida (1991/92, p. 80) esclarecem que são uma modalidade particular

(...) porque não é todo o conhecimento que pode ser considerado representação social, mas somente aquele do senso comum, da vida cotidiana dos indivíduos, que é elaborado socialmente e que funciona no sentido de interpretar, pensar e agir sobre a realidade.

As representações sociais se manifestam em palavras, condutas e formas de relações. Envolvem tanto conhecimentos quanto afetos, lembranças e disposições, experiências já vividas e expectativas. Estão presentes tanto nos sujeitos, considerados individualmente, quanto nas práticas, disposições e relações grupais. Por isto, embora elaboradas coletivamente e compartilhadas pelos participantes de cada grupo social, contêm e contemplam, também, aspectos derivados e impregnados de vivências pessoais.

Segundo Abric (2000), as Representações Sociais, exercem uma série de funções, nos complexos processos cotidianos de comunicações, ações e trocas. Basicamente, constituem saberes compartilhados, que permitem ou facilitam a compreensão da realidade vivida ou conhecida. Ao mesmo tempo, guiam os comportamentos e as práticas, definindo o que é lícito, tolerável ou inaceitável em cada contexto social. Servem, assim, como elementos de orientação. Além disso, atuam como elementos de justificação das ações, já que possibilitam a elaboração de motivos e de razões que fornecem respaldo às tomadas de posição e aos comportamentos comumente aceitos pelos indivíduos e grupos. Em complemento a estas três funções, Representações Sociais compartilhadas definem as identidades e permitem a proteção da especificidade dos grupos. Graças aos conhecimentos que compartilha e de cuja elaboração participa o indivíduo não se percebe como isolado e pode sentir-se como pertencente a um grupo identificável que, por sua vez, o reconhece e reafirma sua identidade.

Assim, conhecer as representações sociais compartilhadas pelos participantes de um grupo é uma forma de penetrar no mundo de significados elaborados por eles, sobre o mundo e sobre eles próprios, e de compreender este mundo a partir das perspectivas dos que o elaboram.

Partindo deste referencial, Marco Antonio de Oliveira Branco pesquisou as concepções, as práticas e as expectativas de agentes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente sobre a violência doméstica praticada contra os menores. Seu trabalho mostra que as práticas destes agentes, embora seja direcionada e balizada por textos legais sofre, também, influências das Representações Sociais compartilhadas por aquelas pessoas e provenientes de outros grupos sociais, dos quais elas participam. Além disso, evidencia que os graus de proximidade e a intensidade de contatos diretos com os menores são associados a Representações Sociais ligeiramente diferenciadas sobre o fenômeno da violência doméstica,

sobre as formas de enfrentamento e mesmo sobre o papel dos agentes nestas tentativas de enfrentamento. Estas diferenças incluem não apenas verbalizações e ações, mas sentimentos diferenciados, sobre os menores, as situações vividas por eles e até sobre os próprios entrevistados.

Dirlene Sponchiado enfrentou o desafio de reunir, reorganizar, comparar e reinterpretar informações e análises provenientes de outros três projetos de pesquisa, realizados em épocas diferentes, sobre as Representações Sociais elaboradas e compartilhadas pelos pescadores profissionais artesanais da cidade de Porto Rico (localizada às margens do Rio Paraná) sobre a natureza, o trabalho e sobre eles mesmos. Tendo organizado as informações em uma ordem temporal, seu trabalho evidencia toda a dinâmica entre as transformações ambientais ocorridas na região e aquelas Representações Sociais. Mostra como estas concepções mudam, em parte, mas permanecem, também, naquilo que é essencial para a manutenção das identidades e dos projetos de vida dos pescadores. Acima de tudo, mostra a atuação destes pescadores como participantes ativos e criativos, nos processos de reinterpretação e de recriação de sua realidade.

Atuando na mesma cidade, Saulo Luders Fernandes desencadeou um processo de pesquisa participante através do qual alguns idosos, participantes de um grupo de terceira idade, puderam explicitar, refletir e recriar suas Representações Sociais sobre a velhice, ou seja, sobre eles mesmos. Partindo de concepções iniciais fortemente impregnadas de elementos culturais ideologizados sobre o que é um idoso e sobre como ele deve pensar, agir e sentir, os envolvidos no processo souberam resgatar suas trajetórias de vida e de atuação para recriar suas concepções sobre a vida e sobre eles próprios. Sem deixar de fazer parte da sociedade e da cultura em que sempre viveram, passaram a valorizar suas experiências, saberes e possibilidades, assumindo-se como participantes de sua comunidade e sujeitos de suas histórias e de seus sentimentos.

Além de sua base teórica, os três relatos possuem outros elementos em comum: envolvem, direta ou indiretamente, grupos socialmente pouco privilegiados e preocupam-se com eles; pretendem, de uma forma ou de outra, contribuir para a melhora das condições de vida destes grupos. Assim, podem ser classificados como engajados nas mesmas preocupações políticas e assumem estas preocupações como uma de suas funções.

Porém, em níveis mais imediatos, visaram atingir públicos e produzir impactos diferenciados. As pesquisas realizadas por Branco e Fernandes, por envolverem contatos diretos com os pesquisados, propiciaram, incentivaram (ou até mesmo exigiram) que estes refletissem, organizassem ou revissem suas concepções, sentimentos e disposições em relação aos temas abordados. O trabalho de Sponchiado, realizado sob a forma de meta-pesquisa, não contemplou esta possibilidade. Por outro lado, elegeu como seu público leitor privilegiado e como alvo de suas tentativas de mudança os responsáveis pela elaboração de políticas ambientais e econômicas, pretendendo alertá-los para o fato de que as concepções psicossociais devem merecer preocupações, cuidados e respeito que sejam, no mínimo, equivalentes às que recebem os processos econômicos, energéticos e ambientais. Até porque estes são desprovidos de significados, se não forem baseados e se não respeitarem aquelas.

Branco pretendeu atingir os formuladores e agentes de políticas sobre os direitos das crianças e adolescentes, ou, de forma mais ampla, de combate às várias formas de violência, alertando-os para o fato (aparentemente óbvio mas, talvez justamente por isto, nem sempre considerado) de que agressores, vítimas e agentes são todos, igualmente, sujeitos humanos, ou seja, participantes de uma coletividade mas, ao mesmo tempo, únicos.

O alvo principal do trabalho de Fernandes foram, é claro, os próprios participantes.

Já expusemos nossos objetivos, com a organização desta Sessão Coordenada. Para sermos coerentes com nossa proposta, porém, devemos também explicitar a função que pretendemos que ela venha a cumprir: despertar, nos públicos presente e leitor, as preocupações com necessidade e a conveniência da discussão e do aprofundamento das funções sobre a pesquisa. A nosso ver, seria conveniente e importante que os projetos de pesquisa passassem a incluir, além do detalhamento de seus objetivos e das discussões sobre os procedimentos a serem adotados, reflexões sobre a que e a quem se pretende que os conhecimentos produzidos venham a servir.

Referências

Abric, J.-C., (2000). A abordagem estrutural das representações sociais. In: Moreira, A.S.P.; Oliveira, D.C. de O. (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. (p. 27-38). Goiânia: AB.

Bacon, F. (1973). *Novum Organum* ou *Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. São Paulo: Abril. (trabalho original publicado em 1620).

Bonfim, Z.A.C., Almeida, S.F.C. de. (1991/92). Representação social. Conceituação, dimensão e funções. *Revista de Psicologia*, v. 9, n. 1/2, v. 10, n. 1/2, p. 75-89, jan./dez.

Jodelet, D. (2001). Representações Sociais: um domínio em expansão. In Jodelet, D. (Org.) *As Representações Sociais*. (pp. 17-44). Rio de Janeiro: EdUERJ.

Jovchelovitch, S. (2001). *Representações sociais: saberes sociais e polifasia cognitiva*. (Série Estudos e Pesquisa, caderno nº 2) Blumenau: FURB.

Moscovici, S. (1978) *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

Moscovici, S. (2012) *A Psicanálise, sua imagem e seu público*. Rio de Janeiro: Vozes.

Apresentação 1

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO¹

Marco Antonio de Oliveira Branco

Introdução e objetivos

Neste trabalho, estudamos uma forma específica de violência, na qual figuram como vítimas pessoas na faixa etária entre 0 e 18 anos de idade, e como agressoras pessoas muito próximas a elas. Essa forma é denominada violência doméstica contra crianças e adolescentes.

Tomemos a definição formulada por Azevedo para o fenômeno da violência doméstica contra crianças e adolescentes. Trata-se de

todo ato ou omissão praticado por parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dor e/ou dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que as crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (Azevedo, 2008, p. 8)

Dessa afirmação, queremos destacar três pontos importantes. Primeiro, a amplitude do fenômeno, quando a autora pontua que todo ato ou omissão que seja capaz de causar dor e/ou dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima constitui violência doméstica contra crianças e adolescentes. Segundo, a transgressão do poder/dever de proteção do adulto. Neste ponto está evidente a concepção de que o adulto tem a obrigação de proteger crianças e adolescentes. Vitimizar crianças e adolescentes encontra-se na oposição do cumprimento desse dever. Como terceiro ponto, há a concepção de crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. Tal movimento está consubstanciado no

¹ Texto extraído da Dissertação de Mestrado intitulada “Prevenção e Enfrentamento da Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes: Representações Sociais dos Atores do Sistema de Garantia de Direitos – SGD”, elaborada sob orientação do Prof. Dr. Eduardo A. Tomanik, aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá no ano de 2011.

arcabouço jurídico atualmente vigente no país, sobretudo a Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990).

A violência doméstica contra crianças e adolescentes costuma ser reconhecida em quatro modalidades: física, psicológica, sexual e negligência.

Essas ações violentas, embora aconteçam no âmbito familiar, aparentemente privativo e individual, são reflexos de um imaginário social construído histórica e coletivamente, que concebe a violência enquanto organizador das relações sociais e único meio de resolução de conflitos (Roure, 1996).

Embora não se tenha uma precisa dimensão do fenômeno, é inegável que a violência doméstica contra crianças e adolescentes constitui um sério problema social. Sendo assim, surge a demanda por ações que sejam capazes de enfrentar esse problema.

No final do século XX, o Brasil promoveu alterações em sua legislação no sentido de promover a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, o que produziu um conjunto de normas jurídicas que direciona a atuação estatal para o reconhecimento desse público enquanto pessoas em especial condição de desenvolvimento. Essa concepção é chamada de Doutrina da Proteção Integral.

Anos antes da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, várias entidades e movimentos sociais procuraram tornar conhecida a realidade vivenciada pelas crianças e adolescentes no país, especialmente daquelas em situação de intensa pobreza. Era uma realidade de crianças abandonadas nas ruas, muitas assassinadas por policiais, eles próprios agentes estatais. Na prática, o Estado não protegia estas crianças, antes as repreendia com ações extremamente violentas.

Não havia dispositivo legal que responsabilizasse o próprio Estado por garantir direitos ao público infanto-juvenil. As primeiras leis que tratavam desse público, datadas do início do século XX (Código de Menores de 1927, posteriormente alterado em 1979) e vigentes até a promulgação do ECA possuíam um caráter assistencialista/repressor, a partir do qual cabia ao Estado o dever de corrigir os “menores”, carentes e abandonados, para que não se tornassem delinquentes. Isso era feito colocando esses jovens em instituições correccionais para que lá fossem “educados”: as chamadas FEBEM’s, braços estaduais da FUNABEM – Fundação

Nacional do Bem-Estar do Menor. Essa era a estratégia presente na chamada Política Nacional do Bem-Estar do Menor (Lemos, Guimarães, & Cardoso Junior, 2004; Saeta & Souza Neto, 2006).

Os focos legal e de atenção eram voltados bem mais para o controle social do que para a garantia de direitos. As crianças eram tratadas como objeto de intervenção do Estado, e não como sujeitos de direitos. A resposta oferecida pelo Estado ao desamparo dos “menores” era institucionalizá-los, o que acabava funcionando como uma punição pela situação de pobreza em que viviam as crianças, caracterizando um tipo de relação do Estado com o público infante-juvenil denominado Doutrina da Situação Irregular. Essa forma de atuação, chamada atualmente de “menorista”, servia como um movimento de ajustamento dos pobres para que esses não perturbassem a ordem social, e não contribuía com a diminuição da desigualdade social (Saeta & Souza Neto, 2006).

Para garantir o atendimento desses direitos foi definida a participação de diversas instâncias públicas governamentais e da sociedade civil que, articuladas e integradas, constituem um sistema, denominado Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD). Essa nomenclatura passa a ser oficialmente utilizada a partir da Resolução n.º 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) (Resolução n. 113, de 19 de abril de 2006).

Na perspectiva da garantia de direitos, a proposta do CONANDA é que o enfrentamento e as ações de prevenção da violência doméstica contra crianças e adolescentes tenham participação efetiva das instâncias componentes do SGD.

A prevenção e o enfrentamento da violência estão intimamente ligados às representações sociais sobre este fenômeno, mantidas e aceitas pelos agentes responsáveis por aquelas ações. Sabendo que as representações sociais têm a prescrição de comportamentos como uma de suas funções (Moscovici, 1978, 2003), interessou-nos conhecer, nesta pesquisa, as concepções sobre violência doméstica de diferentes atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, sobretudo no que diz respeito aos (possíveis) enfrentamento e prevenção do problema. Buscamos conhecer como esses atores concebem as formas de enfrentar e prevenir a violência doméstica contra crianças adolescentes, e conseqüentemente, como tais representações sociais influenciam suas atuações.

A teoria das Representações Sociais

Nas palavras de Moscovici (citado por Leme, 1995, p. 47), “por representações sociais queremos indicar um conjunto de conceitos, explicações e afirmações que se originaram na vida diária no curso de comunicações interindividuais”.

Trata-se, portanto, de interpretações que são construídas pelos sujeitos enquanto sujeitos sociais, ou seja, pessoas que não são somente produtos de múltiplas determinações sociais, mas também produtores delas. Sendo construções, portanto, as representações sociais não são meras reproduções dos objetos pelos sujeitos. As representações sociais “são sempre construções contextualizadas, resultados das condições em que surgem e circulam” (Spink, 1993, p. 303).

Moscovici (2003) considera a sociedade atual, composta por inúmeros e complexos coletivos criativos, como sociedade pensante, dividida em diferentes universos de pensamento, instâncias com características próprias em que as ideias surgem e circulam. Há, segundo ele, dois tipos de universos de pensamentos: o reificado e o consensual.

No universo reificado transita, por exemplo, o conhecimento científico, com todas as suas regras e denominações particulares. Aqui, os participantes são vistos numa perspectiva hierarquizada, em que as pessoas são desiguais e ocupam papéis diversos e definidos. Neste universo se considera que o conhecimento pode ser dividido em diversas especialidades, cujo acesso é restrito às pessoas que detêm as regras de linguagem e comportamento especializados.

Em contraposição, no universo consensual, o conhecimento é compartilhado de maneira livre pelas pessoas, através de conversações espontâneas e cotidianas. Não há uma relação hierárquica; qualquer pessoa tem acesso ao conhecimento e pode emitir opiniões e ações, falando ou agindo em nome pessoal ou no do seu grupo.

O universo reificado diz respeito às ciências e às normas escritas, enquanto o universo consensual diz respeito ao conhecimento de senso comum. É neste último universo que as representações sociais estão situadas.

Os profissionais, chamados de atores do SGD, atuam tanto no universo de pensamento reificado quanto no consensual. É exigido deles que cumpram suas funções dentro de um sistema repleto de normas; é necessário que conheçam e cumpram o ordenamento jurídico e

que saibam exatamente qual seu papel nesse sistema, sendo-lhes vedado assumir o papel de outro ator. Essas características fazem parte do universo de pensamento reificado. Por outro lado, são seres humanos, e trazem consigo representações sociais, situadas no universo de pensamento consensual, elaboradas e compartilhadas nos diversos grupos dos quais fazem parte. Diante das situações de violência contra crianças e adolescentes, eles vão atuar também de acordo com essas representações sociais, que, embora não plenamente nem independentemente, interferem em suas ações e decisões. É uma contínua alternância entre universos reificado e consensual. Um de nossos intuitos, com este trabalho, foi o de investigar como vêm ocorrendo esses processos no cotidiano dos entrevistados.

O método científico: a escolha de um caminho

O homem é um ser único, singular e histórico, constituindo-se enquanto ser humano a partir das relações sociais que estabelece, historicamente datadas, acontecendo num determinado contexto social e momento histórico. Ao relacionar-se com a realidade circundante, transforma-a e, nessa ação, é transformado (Aguilar, 2003; Gonçalves, 2003).

Nessa concepção, “as idéias e conhecimentos produzidos pelo homem em determinado momento histórico refletem a realidade desse momento histórico, ou seja, o pressuposto é de que a origem das idéias produzidas socialmente está na base material da sociedade” (Gonçalves, 2003, p. 39). Essas ideias e conhecimentos orientam a ação do homem, que, dialeticamente, na medida em que essa ação ocorre, modifica as ideias e conhecimentos que a orientam. O ser humano é produto e produtor da sociedade.

Para a realização desta pesquisa utilizamos o método dialético. Conforme define Konder (1985, p.8), a dialética é “o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação”.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa. Segundo Minayo (2007, p. 21) a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

Para a coleta de dados, visitamos os locais de trabalho dos atores do SGD, onde realizamos entrevistas semiestruturadas que foram gravadas, com base em uma listagem básica de questões.

Entrevistamos sete atores do SGD atuantes em um município do Estado de São Paulo, sendo dois técnicos (ambos psicólogos, atuantes no serviço de atendimento às vítimas de violência), quatro conselheiros tutelares e um promotor de justiça.

O número de entrevistados não foi definido a priori. Antes das entrevistas, contatamos os responsáveis pelos diversos órgãos, através de contato telefônico e/ou envio de ofício e convidamos os atores do SGD que atuam nesses órgãos para participar das entrevistas. A quantidade de participantes de cada órgão foi estabelecida pela disponibilidade dos atores, que voluntariamente decidiram participar da pesquisa.

Posteriormente, transcrevemos as entrevistas e analisamos os conteúdos obtidos.

Resultados e Discussão

Representações sobre o enfrentamento da violência

Em relação ao enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes, analisamos as representações sociais dos atores do SGD a partir de três eixos de ação que pudemos perceber a partir da fala e das ações de nossos entrevistados. Em um primeiro eixo podemos definir a identificação da situação violenta, incluindo as denúncias e notificações. No segundo eixo, a proteção da criança ou adolescente vitimizado, e todas as ações concernentes ao suporte e tratamento das vítimas. Por fim, o terceiro eixo trata da responsabilização do agressor.

No primeiro eixo – identificação e denúncia – nota-se a percepção, por parte dos nossos entrevistados, de que um fator importante no enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes é a capacidade de identificação de sinais ou indícios da situação violenta, principalmente por parte de profissionais que atuam diretamente com o público infanto-juvenil, dentre eles os profissionais de saúde e educação. Há a percepção de que é preciso saber identificar uma suspeita para tornar possível a denúncia. Por isso, acredita-se que são fundamentais, para a realização efetiva de denúncias, programas de capacitação com ênfase no conhecimento dos sinais e indícios de violência doméstica.

Conforme exposto por nossos entrevistados, a identificação e posterior denúncia só podem ocorrer se os profissionais forem capacitados. Porém, em boa parte dos municípios brasileiros não há programas de capacitação sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes para profissionais que trabalham com esse público. Essa situação já havia sido apontada também por Scodelario (2002).

No segundo eixo de análise - proteção das vítimas – percebemos que nas representações sociais de nossos entrevistados delinea-se a família como primeiro responsável pelas ações que visam a proteger as crianças e adolescentes. Na fala destes atores, aparece claramente uma contradição nos papéis da família frente à violência doméstica. Nas relações interpessoais com um ou mais membros da família as crianças podem ser vitimizadas, e é também no relacionamento com esses ou com outros membros da mesma família que as crianças devem ser protegidas. A família viola e a mesma família deve proteger. E como proteger, se quase sempre há uma vívida relação afetiva e econômica entre o agressor, sua vítima e outros membros familiares?

Para nossos entrevistados, é neste momento, para intervir nesta dificuldade que atuam (ou deveriam atuar) os órgãos de proteção que compõem o SGD, intervindo nas relações familiares violentas e/ou não protetoras, para reestabelecer a situação protetiva da criança ou adolescente.

Após a situação ser conhecida pelos atores do SGD, muitas vezes busca-se a proteção da criança com a oferta de atendimento psicológico. Os conselheiros tutelares, ao receberem a demanda de casos envolvendo violência doméstica, mantêm a prática de encaminhar quase todas as crianças e adolescentes vitimizados para o serviço de atendimento às vítimas de violência, onde eles podem receber cuidados prestados por equipe técnica constituída por psicólogos e assistentes sociais. Tal prática ilustra as representações sociais, mas também os conhecimentos reificados dos quais essas provavelmente foram derivadas, que consideram a Psicologia como um campo de conhecimento capaz de intervir na subjetividade das vítimas de violência doméstica de modo a minorar as consequências advindas da vitimização em suas vidas. Dessa maneira, as representações sociais apreendidas apontam para a compreensão da violência doméstica contra crianças e adolescentes como fenômeno cujo enfrentamento é caracterizado como próprio da Psicologia, enquanto ciência aplicada.

Percebemos que os atores do SGD tem a prática de constantes encaminhamentos das vítimas de violência e sua família aos órgãos componentes da Política de Assistência Social. Tal prática está ancorada na concepção da população em situação de pobreza como objeto de intervenção estatal, é uma característica do período anterior à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente que permanece presente nas práticas atuais.

A intervenção dos órgãos públicos está direcionada quase que totalmente para a população economicamente desfavorecida, mesmo que as normativas oficiais já direcionem o atendimento de pessoas em situações de violência familiar, independente de sua situação econômica.

Crianças e adolescentes de todas as classes sociais sofrem violência doméstica. No entanto, outros estudos (Moura et al., 2008) já apontam que a estrutura do Estado, a partir dos profissionais envolvidos, quase nunca interfere nas famílias com melhor condição financeira.

Tal atuação do SGD demonstra um cenário parecido com um pacto de privacidade para com as camadas mais favorecidas economicamente. Tanto é assim que raramente são notificadas ao Conselho Tutelar situações de violência envolvendo crianças e adolescentes provenientes de famílias abastadas financeiramente.

Por fim, o terceiro eixo de enfrentamento ao fenômeno da violência doméstica que pudemos apreender das representações sociais dos atores do SGD trata da responsabilização do agressor pelos atos ou omissões que caracterizam as situações violentas.

Uma das vertentes de sentido que encontramos no tocante à responsabilização do agressor por parte de nossos entrevistados é a punição legal pelo cometimento da violência, ou seja, a aplicação de penas por situações que caracterizam crimes. Para tornar possível essa responsabilização criminal aos agressores, é preciso que exista um processo judicial, executado dentro dos procedimentos específicos da justiça criminal. Uma das maiores dificuldades encontradas neste âmbito é a necessidade da existência de provas previstas nas leis para caracterizar a culpa do acusado. Se considerarmos que em muitas situações de violência doméstica não há a incidência de sinais físicos visíveis, a verificação das provas fica bastante prejudicada. Especialmente nas situações de violência psicológica, e em muitas situações de violência física, sexual e negligência, não há sinais físicos evidentes. Assim, a comprovação dos crimes precisa ser efetuada por meio de relatos das testemunhas, que quase

sempre se reduzem à própria criança vitimizada e/ou outros familiares, que muitas vezes se apresentam coniventes à situação violenta.

Para os técnicos entrevistados, entretanto, a responsabilização dos agressores como um dos eixos do enfrentamento do fenômeno da violência doméstica não deve ser reduzida ao aspecto criminal-penal. Nota-se um entendimento de que é preciso oferecer aos agressores oportunidades de refletir sobre seus comportamentos, como forma de tentar prevenir a reincidência.

De forma semelhante, de acordo com Fromer (2002), considerando que muitos agressores sofreram violência doméstica quando eram crianças ou adolescentes e atualmente reproduzem esta forma de relacionamento com seus filhos ou outras crianças próximas, a perspectiva de puni-los criminalmente não é vista como produtiva, posto que provavelmente não reduzirá as chances de que novas situações de violência sejam praticadas por eles.

No entanto, na realidade não ocorre a responsabilização criminal nem são ofertadas possibilidades de reflexão através de algum tipo de tratamento. Atualmente, são raros os serviços que oferecem atendimento psicológico e social a agressores de crianças e adolescentes (Moura et al., 2008).

Os técnicos entrevistados também entendem que responsabilizar o agressor passa por afastá-lo da convivência com a vítima, enquanto não seja constatada situação que permita não haver novas vitimizações. Embora previsto nos dispositivos legais, dificilmente isso acontece. Ao contrário, a criança ou adolescente vítima é que acaba sendo afastada de seu convívio familiar, por meio da intervenção do Poder Judiciário que determina o seu acolhimento institucional, também chamado de abrigo. Os conselheiros tutelares entrevistados costumam provocar este tipo de intervenção dos juizes de direito por considerarem ser uma medida de proteção necessária para as crianças e adolescentes em situação de violência doméstica.

Na contradição dialética desta realidade, ao mesmo tempo em que o abrigo pode ser uma medida de proteção à criança, também pode tornar-se para ela uma revitimização, na medida em que priva ou restringe sua convivência com a família. A maioria das crianças não deseja ser submetida a esta forma de institucionalização, que pode também ser considerada uma forma de violência, principalmente por separá-las dos familiares por quem nutrem

intenso afeto. Essa situação quase nunca é experimentada por crianças advindas de famílias ricas, pois o Estado raramente intervém nesse público. Por não se tratar de algo bom, crianças de melhor condição financeira são preservadas do acolhimento institucional.

Lemos et al. (2004) apontam que pouco mudaram as práticas de atendimento à população pobre com a vigência do ECA. Infelizmente essa população continua sendo vítima frequente de intervenções arbitrárias por parte do Estado em nome da proteção da criança, por vezes caracterizando um movimento de controle sobre a população pobre.

3.2. Representações sobre a prevenção da violência

No tocante à prevenção da violência doméstica contra crianças e adolescentes, escolhemos analisar as representações sociais dos atores do SGD a partir da divisão das ações de prevenção nos níveis: primário, secundário e terciário (Scodelario, Camargo, Ferrari, Sousa e Silva, & Miyahara, 2004). Apesar de nossos entrevistados não citarem explicitamente essa divisão, percebemos que eles entendem a prevenção da violência doméstica através das ações descritas pelas autoras.

No contexto do nível primário de prevenção – estratégias para reduzir a incidência da violência e inibir o surgimento de novos casos, realizadas com toda a população –, os atores do SGD entrevistados apontam que a prevenção da violência doméstica pode acontecer a partir de um acompanhamento das famílias desde a maternidade. Para eles, o Estado deve disponibilizar a oferta de grupos de pais e mães nos estabelecimentos de saúde e de educação infantil para propiciar orientação sobre cuidados e educação dos filhos de forma a evitar situações de violência. A concepção é que, se os pais forem orientados tão logo seus filhos nasçam, vão aprender maneiras de cuidar e educar seus filhos de forma mais adequada, não violenta.

Estas representações sociais de prevenção também estão ancoradas na concepção de família enquanto organização social propícia para uma intervenção do Estado com a finalidade de coibir a violência. Da mesma forma que o enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes tem o foco prioritário nas relações familiares, a prevenção ao fenômeno também deve priorizar a família, a relação pais e filhos, conforme os atores do SGD entrevistados.

A partir dessa concepção, nossos entrevistados identificam que o espaço privilegiado para falar de educação é a escola, que não é vista apenas como espaço de transmissão de conhecimento a partir do processo de ensino-aprendizagem formal. Para eles, a escola deve também se ocupar das ações de prevenção à violência doméstica, a partir do trabalho com os pais e com as próprias crianças e adolescentes. A escola deve assumir um papel de protagonista na prevenção da violência doméstica contra crianças e adolescentes, segundo os atores do SGD.

No nível secundário das ações de prevenção, realizadas com populações consideradas de risco para a ocorrência de violência doméstica, nossos entrevistados identificam como situação de risco a vulnerabilidade social. Assim como há encaminhamentos das famílias com situação de violência para os serviços de assistência social como uma das estratégias de enfrentamento do fenômeno, há também a preocupação de incluir ações desses serviços nas estratégias de prevenção. Tal entendimento está ancorado na concepção de que famílias em situação de vulnerabilidade social são um fator de risco para a ocorrência de violência.

É provável que as representações sociais dos atores do SGD sobre a identificação de uma população de risco estejam intimamente relacionadas ao público atendido por eles, prioritariamente em situação de pobreza.

Sem dúvida, definir uma população de risco é extremamente difícil ou quase impossível. A violência doméstica contra crianças e adolescentes é um fenômeno multifatorial e complexo. Portanto, há diversas situações diferentes que podem produzir vitimizações. As definições de populações de risco, como podemos constatar, são direcionadas pelas representações sociais criadas e compartilhadas pelos atores do SGD a partir do seu contexto de atuação. Se os atendimentos ocorrem com determinadas populações, tais grupos podem ser elencados como em condição de risco para a ocorrência de violência doméstica, sem que necessariamente as situações elencadas sejam determinantes para isto.

Já no nível terciário de prevenção, das ações voltadas para diminuir as consequências das situações de violência que já ocorreram, as representações sociais dos atores do SGD apontam o enfrentamento do fenômeno como fator preventivo, uma vez que a proteção das vítimas pela atuação dos órgãos responsáveis pode evitar novas ocorrências de vitimização.

Para prevenir as ocorrências de violência doméstica contra crianças e adolescentes, é preciso atuar na modificação de hábitos e costumes culturais, donde provêm as concepções de permissividade e naturalização do cometimento de ações violentas contra crianças e adolescentes, seja com intuito de “educá-los” ou para fazê-los satisfazer o desejo e vontade dos adultos, na relação assimétrica de poder a que são submetidos. Esses hábitos e costumes culturais alimentam a resolução violenta dos conflitos. Scodelario (2002) aponta que na atualidade o diálogo acaba sendo um instrumento para resolução dos conflitos cada vez menos utilizado.

Dada a complexidade do fenômeno da violência doméstica contra crianças e adolescentes, as ações de prevenção devem ser ao mesmo tempo abrangentes e específicas, devem envolver diferentes contextos e atingir as pessoas que sofrem ou provocam situações violentas, permeadas por intolerância na resolução de conflitos.

Por fim, percebemos que enfrentamento e prevenção da violência doméstica contra crianças e adolescentes, nas representações sociais dos atores do SGD entrevistados, guardam uma íntima relação. Enfrentar uma situação de violência, uma vez que ela já tenha ocorrido, pode prevenir a ocorrência de novas situações, com a mesma ou com outras vítimas, por parte de um mesmo agressor. Por outro lado, prevenir a violência doméstica, evitando que a situação violenta ocorra, é uma das maneiras de enfrentar este fenômeno tão complexo, confirmando a relação de complementaridade entre enfrentamento e prevenção.

Conclusões

Ao exercerem suas funções no SGD, os atores entrevistados estão diante do fenômeno da violência doméstica contra crianças e adolescentes e precisam (re)significar, interpretar, dar sentido a esse fenômeno. Fazem isto no curso das comunicações cotidianas, elaborando e compartilhando representações.

Analisar as representações sociais dos atores do SGD nos remete à reflexão da prática dos profissionais deste Sistema, organizado por normas jurídicas com o objetivo de garantir o cumprimento dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes.

Assim sendo, constatamos que as práticas dos profissionais do SGD estão em constante mudança, em movimento histórico. Após 21 anos de vigência do Estatuto da Criança e do

Adolescente, as atuações dos membros do SGD ainda são parcialmente permeadas por concepções “menoristas”, comuns até o final século XX, e que continuam a existir nos dias atuais. Tais concepções apontam os “menores” e suas famílias, quase sempre pobres, como objeto privilegiado de intervenção estatal. O Estado atua sobre as crianças e adolescentes vitimizados frequentemente com contornos de controle sobre a pobreza. Pessoas em situação de pobreza são praticamente o único público-alvo das ações do SGD, o que não implica concluir que as crianças e adolescentes estão sendo devidamente protegidos.

Concomitante às concepções “menoristas”, podemos também perceber a existência de entendimentos coerentes com a Doutrina da Proteção Integral, concebendo o público infanto-juvenil como sujeito de direitos, pessoas em condição especial de desenvolvimento, que precisam ser protegidas, sendo eleitos como responsáveis por essa proteção a própria família, a sociedade e o Estado, especialmente quando esse público é vítima de violência doméstica em suas diversas modalidades.

Considerando o conjunto das representações sociais apreendidas, podemos entender a existência de tendências representacionais, expressas por dois grupos. Por vezes, as representações sociais entre esses grupos são bastante diferentes, em outros momentos elas se assemelham.

Um dos motivos para a diferenciação das representações sociais entre os dois grupos é o envolvimento com o objeto ou processo representado. O grupo composto pelos técnicos do serviço de atendimento apresenta representações sociais bastante pautadas em definições presentes na literatura especializada sobre o tema. Podemos supor que a necessidade de intervenção esperada destes técnicos propicia um movimento de busca de elementos científicos para construir sua atuação cotidiana. Esses profissionais trabalham com a situação real de violência a eles encaminhada. Sua intervenção é direcionada às próprias crianças e adolescentes que tenham sofrido violência doméstica e suas famílias. Neste contexto, esses técnicos buscam alternativas para modificar a realidade posta, objetivando minorar ou interromper as violências sofridas e suas consequências para seus atendidos. O envolvimento com o fenômeno, portanto, é intenso e vivenciado cotidianamente por esses profissionais, que são testemunhas dos sofrimentos experimentados pelas vítimas, no curso do atendimento psicológico e social.

O grupo composto pelos conselheiros tutelares e pelo promotor de justiça apresenta outras características em suas representações sociais acerca do fenômeno. Como eles não exercem um acompanhamento sistemático dos casos, seu envolvimento com o fenômeno da violência doméstica é diferente daquele dos técnicos. Os conselheiros tutelares, em geral, recebem as denúncias e encaminham os envolvidos para os outros órgãos do SGD que entenderem cabíveis à situação, especialmente o serviço de atendimento às vítimas de violências, instituição de atuação dos técnicos. O promotor de justiça atua nos processos judiciais, exercendo sua função no sistema de Justiça com pouco ou nenhum contato pessoal com as vítimas de violência e suas famílias.

Em relação ao enfrentamento e prevenção da violência doméstica contra crianças e adolescentes, o segundo grupo considera os outros atores e órgãos como responsáveis principais por estas ações, enquanto o primeiro grupo, por atuar diretamente com as situações de violência, tende a considerar sua própria responsabilidade. O segundo grupo aponta as ações que deveriam ser feitas através de políticas públicas e as deficiências nelas existentes. Os participantes do primeiro grupo também reconhecem essas deficiências, mas se colocam como agentes das mudanças necessárias.

Os componentes dos dois grupos aqui identificados por vezes apresentam elementos representacionais do outro grupo. Isto não é inesperado, uma vez que, embora exercendo funções distintas, eles atuam frente a um mesmo fenômeno e devem fazer isso de forma complementar. Além disso, por sua natureza, as representações sociais não são interpretações estáticas ou imutáveis; ao contrário, elas são continuamente modificadas no curso da história do grupo de pessoas que as criaram e as mantém pelo compartilhamento. Esta possibilidade de modificações das representações sociais propicia uma perspectiva importante de nosso trabalho. Se as representações sociais contribuem para definir as práticas dos atores do SGD, essas práticas podem ser modificadas a partir da mudança das representações sociais que as orientam.

O trabalho dos técnicos, atuando junto às crianças e adolescentes vítimas e suas famílias, buscando compreender em detalhes a dinâmica dos relacionamentos, mostra-se extremamente importante no enfrentamento e prevenção da violência doméstica. Trata-se de uma atuação comunitária, pois se aproxima das pessoas em seu contexto social cotidiano. Não

deve ser uma intervenção arbitrária do Estado, manifestamente violenta, visando determinar o modo como as pessoas devem se comportar. Deve ser uma atuação de aproximação e apoio às famílias, frente ao sofrimento decorrente da situação de violência, para que seus componentes possam ter condições de refletir sobre suas vidas, possivelmente oferecendo condições para a construção de formas de relacionamento não violentas. É um trabalho que deve ser aperfeiçoado e ampliado dentro do SGD.

A realização e a divulgação da presente pesquisa podem contribuir para uma série de reflexões sobre as práticas cotidianas de atuação dos atores do SGD, à medida que, analisando as representações sociais que as orientam, estabelece linhas de possível modificação destas interpretações e, por conseguinte, de aperfeiçoamento da própria atuação e funcionamento do SGD. Pode contribuir, ainda, para outras reflexões sobre as diversas representações existentes, no todo social, sobre a violência, doméstica ou não, voltada contra crianças e adolescentes ou não e sobre nossas formas de participação (ainda que como omissão) diante destes processos.

Afinal, a proteção de crianças e adolescentes, colocando-as a salvo de qualquer forma de violência, apenas acontecerá se assim as pessoas quiserem e compreenderem.

Referências

Aguiar, W. M. J. (2003). A pesquisa em Psicologia Sócio-Histórica: contribuições para o debate metodológico. In A. M. B. Bock, M. G. M. Gonçalves & O. Furtado (Orgs.), *Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia* (3ª ed., pp. 129-140). São Paulo: Cortez.

Azevedo, M. A. (2008). *Introdução: O que é. VDCA: o conceito*. Apostila do Curso de Aperfeiçoamento Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes (VDCA)? Boa Pergunta!. São Paulo: Unicsul.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988, 5 de outubro). Acesso em 11 de maio, 2012, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/

Fromer, L. (2002) O abrigo: uma interface no atendimento à criança e ao adolescente vítimas de violência intrafamiliar. In D. C. A. Ferrari & T. C. C. Vecina, *O fim da violência intrafamiliar: teoria e prática* (pp. 311-315). São Paulo: Editora Ágora.

Gonçalves, M. G. M. (2003). A Psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica. In A. M. B. Bock, M. G. M. Gonçalves, & O. Furtado (Orgs.), *Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia* (3ª ed., pp. 37-52). São Paulo: Cortez.

Konder, L. (1985) *O que é dialética*. São Paulo: Abril Cultural, Brasiliense.

Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990, 13 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Acesso em 11 de maio, 2012, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

Leme, M. A. V. S. (1995). O impacto da teoria das Representações Sociais. In M. J. Spink (Org.), *O conhecimento no cotidiano: as Representações Sociais na perspectiva da Psicologia Social* (pp. 46-57). São Paulo: Brasiliense.

Lemos, F. C. S., Guimarães, J. L., & Cardoso Junior, H. R. (2004). A produção da violência doméstica contra crianças e adolescentes. In M. F. Araújo & O. C. Mattioli (Orgs.), *Gênero e violência* (pp. 89-110). São Paulo: Arte & Ciência.

Minayo, M. C. S. (2007). O desafio da pesquisa social. In M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (26ª ed., pp. 9-29). Petrópolis, RJ: Vozes.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria Nacional de Assistência Social (2005). Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Acesso em 11 de maio, 2012, em <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf>

Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

Moscovici, S. (2003). *Representações Sociais: investigações em psicologia social* (5ª ed.). São Paulo: Vozes.

Moura, A. C. M., Scodelario, A. S., Camargo, C. N. M. F., Ferrari, D. C. A., Mattos, G. O., & Miyahara, R. P. (2008). *Reconstrução de vidas: como prevenir e enfrentar a violência doméstica, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes*. São Paulo: SMADS, SEDES Sapientae.

Resolução n. 113, de 19 de abril de 2006 (2006, 19 de abril). Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Dispõe sobre os parâmetros para a

institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Acesso em 11 de maio, 2012, em

<http://www.sedh.gov.br/clientes/sedh/sedh/.arquivos/.spdca/.arqcon/113resol.pdf>

Roure, G. (1996). *Vidas silenciadas: A violência com crianças e adolescentes*. Campinas, SP: UNICAMP.

Saeta, B. P. & Souza Neto, J. C. S. (2006). A criança e o adolescente na sociedade brasileira. In J. C. Souza Neto & M. L. B. P. Nascimento (Orgs.), *Infância: violência, instituições e políticas públicas* (pp. 17-41). São Paulo: Editora Expressão e Arte.

Scodelario, A. S. (2002). Pressupostos teóricos e formação de pólos no trabalho de prevenção. In D. C. A. Ferrari & T. C. C. Vecina, *O fim da violência intrafamiliar: teoria e prática* (pp. 217-227). São Paulo: Editora Ágora.

Scodelario, A. S., Camargo, C. N. M. F., Ferrari, D. C. A., Sousa e Silva, M. A., & Miyahara, R. P. (2004). *O fim da omissão: a implantação de pólos de prevenção à violência doméstica*. Fundação Abrinq: São Paulo.

Spink, M. J. (1993, setembro). O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Revista Cadernos de Saúde Pública*, 9(3), 300-308. Acesso em 28 de maio, 2010, em <http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/17.pdf>

Apresentação 2

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE TRABALHO E NATUREZA DOS PESCADORES DE PORTO RICO, ESTADO DO PARANÁ, BRASIL: ENTRE AS TRANSFORMAÇÕES E AS PERMANÊNCIAS²

Dirlene Sponchiado

Introdução

A cidade e o município de Porto Rico, local deste estudo, estão situadas às margens do rio Paraná, no trecho compreendido entre a foz do rio Paranapanema e a parte superior do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Este trecho foi apontado por Agostinho e Zalewski (1996) como o único não represado do Rio Paraná em território brasileiro e abriga, ainda, uma grande planície alagável.

Nos períodos de cheia, quando o rio recobre a planície, deposita nela uma série de produtos que contribuem para a fertilização da mesma; ao mesmo tempo drena, em suas águas, grande quantidade de nutrientes e materiais em decomposição, que servem para alimentar inúmeras espécies aquáticas da região. Além disso, com a invasão das águas formam-se, na planície, lagoas naturais que ficam isoladas do resto do rio e que são fundamentais para o processo reprodutivo de muitas espécies de peixes.

Processos como estes, além de outros que lá ocorrem, caracterizam a área como de elevada importância ecológica.

Os estudos conduzidos pela Universidade Estadual de Maringá revelam que esta planície apresenta elevada diversidade biológica e que este remanescente de várzea do rio Paraná tem importância fundamental na manutenção de populações viáveis de espécies já eliminadas dos trechos superiores da bacia, especialmente entre os peixes de grande porte que realizam extensas migrações reprodutivas (Agostinho & Zalewski, 1996, p.3).

² Texto extraído da Dissertação de Mestrado intitulada “Natureza, Trabalho e Representações Sociais: os pescadores profissionais de Porto Rico (Estado do Paraná, Brasil) entre as transformações e as permanências”, elaborada sob orientação do Prof. Dr. Eduardo A. Tomanik, aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá no ano de 2011

Segundo afirmam Agostinho e Zalewski (1996), apesar desse trecho do rio não ser represado, os represamentos a jusante (Usina Hidrelétrica de Itaipu, situada no rio Paraná, na divisa Brasil-Paraguai) e a montante (as Usinas de Porto Primavera, situada no rio Paraná, na divisa dos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul; e de Rosana, situada no rio Paranapanema, na divisa dos estados de São Paulo e Paraná), interferem fortemente na sua dinâmica.

Ainda por Agostinho e Zalewski (1996), somos informados que as consequências mais imediatas dos represamentos e controles de vazão para a fauna de peixes, foram: a) a ocorrência de limitações na rota de peixes migratórios, em virtude da barreira física representada pelas barragens; b) a mortalidade dos peixes juvenis nas lagoas mais rasas, e; c) a redução dos criadouros naturais pela atenuação dos extremos hidrológicos à jusante das barragens. Tudo isto vem comprometendo a preservação da diversidade biológica, os estoques pesqueiros e por sua vez, a atividade da pesca.

A ocupação antrópica, de acordo com Agostinho e Zalewski (1996), e as regulações na vazão do rio, causadas pelo represamento, promoveram alterações ambientais e nas formas de organização econômica regionais, cujos reflexos, num prazo relativamente curto, intensificaram as dificuldades para a sobrevivência daqueles que sempre subsistiram a partir de relações estreitas e diretas com a natureza.

A diversidade biológica e as problemáticas apontadas fizeram com que diferentes grupos de pesquisa se instalassem na região para estudar aquele ecossistema. Dentre estes, o Grupo de Estudo Socioambientais da Universidade Estadual de Maringá (GESA - UEM) que focou sua atenção nas comunidades humanas e em suas relações com a natureza. Este último Grupo desenvolveu, entre outras, pesquisas voltadas para a compreensão das Representações Sociais de alguns segmentos da população local (Tomanik, 2002).

Para Tomanik (1994, p.418) “(...) estudar as Representações de um grupo é (...) uma forma de desvendar a ‘realidade’ tal como socialmente instituída por este grupo e assim compreender as suas ações e reações”.

Jodelet, citada por Sá (1993, p. 106), afirma que a Representação Social é “(...) uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

Tomanik (1997, p.259), sem discordar, compreende que,

(...) as Representações Sociais são as formas como o ambiente (entendido aqui tanto como conjunto de fenômenos físicos, quanto como a multiplicidade dos

processos sociais) vivido por um indivíduo ou grupo é repostado por ele no presente de forma a orientar as ações individuais e ou coletivas.

Moscovici (2005) explica que uma Representação Social não é a reprodução mecânica de algo, que representar significa reinterpretar a realidade a todo instante e interagir, mudando-a novamente. “De fato, representar uma coisa, um estado, não consiste simplesmente em desdobrá-lo, repeti-lo, ou reproduzi-lo; é reconstruí-lo, retocá-lo, modificá-lo o texto” (Moscovici, 1978, p. 58).

As Representações são construídas no dia a dia, por meio dos contatos sociais entre os indivíduos e ou grupos e destes com o seu meio físico, com a finalidade de construir e interpretar o real. Esse conjunto de saberes é uma forma de ver, compreender e justificar a realidade e, à partir de então, são as referências pelas quais os sujeitos agem no mundo.

Sá (1993, p. 27) afirma que esse conhecimento trata,

(...) com certeza, de uma compreensão alcançada por indivíduos que pensam. Mas não sozinhos. A semelhança de seus pronunciamentos – se não com os dos interlocutores do momento, pelo menos com os de outros grupos de que participe – demonstra que terão pensado juntos sobre os mesmos assuntos.

Diante do apresentado, entendemos que as Representações Sociais são conjuntos de conhecimentos, teorias populares, do senso comum, que, pelas relações sociais, passam a ser compartilhados e geram novos significados, num permanente processo dialético de trocas, isto é, que promovem mudanças, seja nos homens, no seu pensar/sentir e no seu mundo.

(...) os indivíduos, em sua vida cotidiana, não são apenas (...) máquina passivas para obedecer a aparelhos, registrar mensagens e reagir à estimulações exteriores (...). Pelo contrário, eles possuem o frescor da imaginação e o desejo de dar um sentido à sociedade e ao universo a que pertencem (Moscovici, 1978, p. 56).

Objetivo

De uma forma geral, este estudo visou a elaboração de uma síntese de várias pesquisas que envolveram a mesma população e que tiveram como base teórica as Representações Sociais. Sua realização envolveu um levantamento nos materiais já produzidos pelo GESA.

Este levantamento evidenciou que as temáticas “trabalho” e “natureza” estiveram presentes nos discursos da população local e em especial entre os pescadores profissionais.

A importância dada pela população a estas duas temáticas direcionou o objetivo do estudo para uma análise das transformações ocorridas nas Representações Sociais sobre o trabalho e natureza elaboradas pelos pescadores artesanais profissionais de Porto Rico entre os anos de 1994 a 2009. Além de mapear as mudanças e as permanências nas Representações Sociais, procuramos compreender os processos (sociais, econômicos, políticos, ambientais) que atuaram e atuam na constituição daquelas representações, e especialmente, a participação dos pescadores, quer como agentes, quer como influenciados por aquelas transformações.

Assim, foi traçado uma linha de tempo com os vários contextos em que as Representações Sociais sobre trabalho e natureza foram pesquisadas, procurando identificar as transformações ocorridas, de um contexto para outro, para que pudéssemos compreender como se deram as transformações das representações no grupo pesquisado e a participação dos sujeitos que as (re) elaboraram e compartilharam.

Método

Compreendemos metodologia científica de acordo com Tomanik (1994) como uma reflexão sobre os métodos utilizados em uma pesquisa científica.

(...) Cada tipo de pesquisa, cada objeto, cada assunto, cada problema de pesquisa, cada população ou situação a ser pesquisada deve merecer, (...) um elaborado raciocínio sobre qual seria o método, ou os métodos mais adequados para este problema, esta teoria, esta população e até para este momento histórico (p. 22-23).

O método que acompanhou a elaboração desta pesquisa e que conduz as análises propostas está pautado na Pesquisa Qualitativa. Segundo Martins e Bicudo (1989, p. 23), a pesquisa qualitativa quer compreender os casos particulares que investiga, sem a intenção imediata de produzir generalizações ou de estender as informações apreendidas a outras realidades, “(...) sua atenção é centralizada no específico, no peculiar, no individual, almejando sempre a compreensão e não a explicação dos fenômenos estudados”.

Segundo González Rey (2005), a Epistemologia Qualitativa é a base da Pesquisa Qualitativa. Esta linha de reflexão caracteriza-se pelo caráter dialógico, interativo, de construção e interpretação da realidade e pela sua atenção à singularidade na produção de

conhecimento. Ela visa superar o que o autor denomina como Epistemologia da Resposta, “(...) a qual é, em realidade, uma reprodução, em termos epistemológicos, do princípio estímulo-resposta dominante durante toda a primeira metade do século XX na construção do pensamento psicológico” (p. 14).

A proposição feita por González Rey (2005) é a de despertar do pensamento reflexivo para que a metodologia seja questionada, interrogada, identificando seus limites e possibilidades.

O desenvolvimento de uma posição reflexiva, que nos permita fundamentar e interrogar os princípios metodológicos, identificando seus limites e possibilidades, coloca-nos de fato diante da necessidade de abrir uma discussão epistemológica que nos possibilite transitar, com consciência teórica, no interior dos limites e das contradições da pesquisa científica. Isso nos leva a romper com a consciência tranquila e passiva com a qual muitos pesquisadores se orientaram no campo da pesquisa, apoiados no princípio de que pesquisar é aplicar uma sequência de instrumentos cuja informação se organizava, por sua vez, em uma série de procedimentos estatísticos sem precisar produzir uma só ideia (p. 3).

A importância da reflexão metodológica está na possibilidade de pensar em cada etapa da pesquisa, o que significam as informações apreendidas, porque ela se apresenta de tal modo, qual a melhor forma de conduzir a próxima etapa e, assim, gradativamente construir um corpo de conhecimentos. Enfim, o raciocínio metodológico do pesquisador deve acompanhar todas as partes da construção do conhecimento.

Com base nestas perspectivas, no primeiro momento buscamos um aprofundamento na compreensão do que já foi elaborado acerca da Teoria das Representações Sociais, para dar sustentação às correlações das Representações sobre natureza e trabalho. Isto abriu caminhos para que pudéssemos pensar como seria, a partir desta teoria, o estudo sobre os fenômenos de trabalho e natureza elaborados pelos pescadores profissionais de Porto Rico.

No segundo momento, contextualizamos a região Noroeste do Paraná, como também a cidade de Porto Rico, que se situa nesta região. Trouxemos informações sobre a região, a localidade e população, que mostravam as possíveis interferências na construção dos fenômenos, dentro do período histórico determinado.

No terceiro momento fizemos o levantamento e apresentação dos estudos sobre as Representações Sociais produzidas pelos pescadores de Porto Rico e publicadas até o ano de

2009: Tomanik (1997); Paiola & Tomanik (2002) e Paiola, Sponchiado e Tomanik (no prelo), em conjunto com as informações acerca do contexto em que foram elaboradas.

Por fim, a partir de todo material que foi elencado (Teoria, História da região e local, e a apresentação, dos diferentes momentos, das Representações Sociais dos pescadores), foi possível identificar as permanências e as mudanças e elaborar análises próprias (correlações) que pudessem esclarecer os processos que influenciaram, ou que ainda influenciam, nas mudanças e permanências das Representações Sociais de trabalho e natureza.

Resultado e Discussões

Para este momento fundimos todas as etapas descritas e estabelecemos uma série de diálogos entre as informações, para então interpretarmos e construirmos uma nova perspectiva de compreensão sobre a realidade estudada. Em outras palavras, procuramos criar aquilo que González Rey (2005) denomina como novas “zonas de sentido”.

Para iniciar as análises e discussões foi apresentado o que mudou e o que permaneceu nas Representações Sociais de trabalho e natureza. Posteriormente, o desafio foi procurar os fatores que influenciaram nestas mudanças ou permanências. Finalmente, buscamos enfocar a participação dos próprios pescadores, atingidos por processos externos e independentes deles, mas igualmente ativos e participantes na (re) construção da realidade em que vivem.

Em nossas reflexões e neste texto, procuramos manter a separação entre estes três momentos, o que nem sempre foi possível, uma vez que, a rigor, Representações Sociais, o contexto em que foram elaboradas e a participação dos que as elaboraram não são elementos independentes.

No estudo de Tomanik (1997) temos as Representações Sociais de Natureza vinculadas à base da identidade dos pescadores. Os pescadores têm, nas suas Representações de Natureza, o *locus* de autonomia, liberdade, auto-gestão, que tem sido o amálgama de seu reconhecimento de si e das relações entre eles desde quando, no passado, eram agricultores e trabalhavam com a terra. Estas Representações sustentavam um sentimento de apego à natureza que já existia anteriormente.

As Representações Sociais de Trabalho estavam intrinsecamente relacionadas com as de Natureza. Os conceitos de Trabalho e Natureza, separados e tal como considerados normalmente, existem, para nós, apenas em função de uma necessidade de organização de nossos processos de reflexão. Para os pescadores, aqueles conceitos são inseparáveis, entres si e de alguns outros. Trabalhar é agir e existir na natureza. O envolvimento com a natureza possibilita o sustento e a sobrevivência de toda a família. Isto já acontecia quando o vínculo

era com a terra, e permaneceu no vínculo com o rio. O trabalho era compreendido como uma forma de reafirmar os laços com o ambiente, família e sociedade. As relações que estabeleciam com o trabalho eram desprovidas de escalas, de carreiras e promoções, pois trabalhavam para a própria subsistência.

Constatamos que já havia uma problemática existente na vida dos pescadores, a de manter a subsistência da família com a pesca, devido a processos que estavam reorganizando a vida daquela população, como a precarização da atividade e a modernização da exploração da natureza. Essa situação gerava, neles, inseguranças sobre a viabilidade ou não da continuidade da atividade pesqueira.

A representação de natureza, que se concretiza no sentimento de apego a ela e, inclusive, é componente de suas identidades, diante da situação de insegurança, resulta em sua resistência em abandonar a pesca. Essa resistência aparece entre os pescadores mais antigos. Eles ainda acreditam, têm esperanças na melhora das condições de trabalho; ao mesmo tempo, mantêm trabalhos paralelos, chamados de “bicos” para auxiliarem no sustento familiar. Já entre os mais jovens, essa insegurança os leva a considerarem o abandono da atividade, embora indesejável e indesejado, como forma principal de sobrevivência.

Os dois grupos parecem manter relações invertidas com a pesca, uns procurando manter sua prática, outros a abandonando, mas apenas adotam estratégias diferenciadas, com o mesmo fim: os mais velhos fazem trabalhos paralelos para se manterem na pesca, o mais jovens trabalham em outras atividades (não necessariamente na natureza) para manter a proximidade com o rio. No fundo os dois querem a mesma coisa: a continuidade dos contatos com a natureza e a manutenção do estilo de vida livre.

No estudo de Paiola e Tomanik (2002), as Representações Sociais de Natureza permaneceram vinculadas a manutenção da identidade deste grupo. Para os jovens e filhos de pescadores o contato com a natureza possibilitava liberdade, autonomia, tranquilidade e refúgio. Possuíam um saber sobre o funcionamento da natureza que foi apreendido na prática e adquirido através de conhecimentos passados de geração para geração. Todo este saber era permeado pelos laços afetivos criados, como o sentimento de pertencimento àquele lugar, pois se sentiam parte da natureza. Porém, a natureza estava em gradativa transformação e isto era evidente e evidenciado por todos na região, principalmente por aqueles que sobreviviam dos seus recursos.

Quanto às Representações Sociais de trabalho, a atividade pesqueira estava em declínio, e para a maioria, não existiam condições de sobrevivência somente através dela. Porém, relatavam que abandonariam a pesca, mas não o contato com a natureza.

Foi possível evidenciar a ambiguidade que viviam em suas relações com a atividade pesqueira. Por um lado, as dificuldades desanimavam, mas por outro, era a atividade que afirmava e propiciava o estilo de vida que queriam. Isto foi percebido pelo abandono gradativo, por parte dos pecadores, da atividade. Ficou evidente que paralelamente à atividade principal, buscavam outras, para manter o sustento da família e que pretendiam transferir seus esforços, gradativamente, para estas. Para os jovens e filhos de pescadores, a pesca como profissão, na região, era algo sem futuro.

No estudo de Paiola, Sponchiado e Tomanik (no prelo), as Representações Sociais de Natureza continuavam semelhantes às dos outros momentos, pois foi na natureza (rio, terra, plantas, animais...) onde viveram suas vidas e onde queriam continuar vivendo. Eles se consideravam mais do que parte da natureza, eles se consideravam natureza, e este sentimento continuava profundo e arraigado.

Possuíam compreensão das mudanças que ocorreram na natureza (diminuição dos estoques pesqueiros, fechamento das barragens, diminuição da vazão do rio...), pois acompanharam vivencialmente todo o processo e sentiam e sofriam as consequências destas mudanças. A natureza não era mais a mesma, porque passou gradativamente por alterações. Por isto, as relações cotidianas deles com a natureza, mudaram. Mudaram de emprego, mas a relação afetiva com a natureza ainda permanecia a mesma, pois foi nela que eles sustentaram suas identidades até então.

Na maioria, continuavam pescando, mas já não tinham a pesca como a atividade principal de sobrevivência. As mudanças ocorridas os impulsionaram para outras atividades, como a construção civil, os trabalhadores volantes na agricultura, extração de areia. Alguns trabalhavam como piloto de barco, guia turístico, criador e vendedor de iscas. A pesca, que era a atividade principal, tornou-se secundária.

Suas relações com o trabalho já não envolviam mais autonomia e liberdade, principalmente para aqueles que buscaram alternativas fora do contato direto com a natureza. O trabalho foi separado na natureza, os trabalhadores separados de seus desejos e de sua autossuficiência.

Quanto à continuidade da atividade, sabiam que eram praticamente os últimos representantes da pesca artesanal profissional, já que entendiam que seus filhos precisavam estudar, por não haver na pesca uma possibilidade de sobrevivência.

Quando os mais velhos eram jovens, o trabalho e a sobrevivência ligavam-se, exclusivamente, à natureza. Todos dependiam dela. Ela era a base da vida deles e era também a vida deles, tanto que se confundiam com ela. As mudanças econômicas, políticas,

ambientais exigiram o aprendizado e emprego de novas estratégias de sobrevivência. Estratégias estas das quais os mais velhos, seja por causa da idade e limitações físicas, seja por despreparo educacional, seja, por fim, pela própria resistência em mudar seu estilo de vida, não se apropriaram. As mudanças, portanto, provocaram uma ruptura no grupo: os antigos mantiveram o apego ao estilo de vida e, dessa maneira, procuram atividades secundárias que permitissem a eles ficarem no rio, e os jovens, que tinham como trabalho as atividades fora da pesca, a mantinham como atividade secundária.

Partindo desta base, do que mudou e do que permaneceu, buscamos então, entender como e porque, no decorrer dos anos, as Representações tiveram estas configurações e quais foram os agentes destas transformações.

As mudanças e as permanências nas Representações das pessoas, não ocorrem ao acaso, elas estão relacionadas aos processos econômico, ambiental, cultural e também aos psicossociais. De acordo com Jodelet (1989, p. 44), “(...) não é possível conhecer o ser humano sem considerá-lo inserido numa sociedade, numa cultura, num momento histórico e em dadas condições políticas e econômicas”. E foi nisto que nos pautamos para compreender as mudanças e as permanências.

As transformações econômicas ocorridas determinaram o término do que era e direcionaram o que veio, influenciando na direção e intensidade das mudanças na natureza e na vida dos pescadores.

Podemos dizer que na história destes pescadores, houve três momentos difíceis e de transição. O primeiro foi quando chegaram à região. As famílias tinham raízes na agricultura, tradição herdada de outras gerações. A agricultura, tal como praticada naquele momento, possibilitava a ocupação plena, pois trabalhavam o ano inteiro e toda a família era inserida no processo. Nesta condição, não necessitavam de salários, pois, como meeiros e parceiros, sempre estavam ocupados e proviam basicamente, as necessidades próprias e da família.

Com a crise na cafeicultura e a erradicação das plantações de café, a pecuária passa a ocupar grande parte das terras. Naquele momento, a pesca se tornou, para vários daqueles agricultores, a alternativa mais interessante, pois possibilitou englobar novamente todo o grupo familiar e manter o vínculo com a natureza. A pesca, que era uma alternativa para diversificar a dieta familiar ou, eventualmente, uma atividade de lazer, passou a ser a fonte principal de renda.

O caminho trilhado foi aquele que permitia uma vida mais próxima da realidade que eles já viviam, com estratégias de vida já conhecidas, e no qual podiam manter e aproveitar boa parte do conjunto das representações sociais que já haviam elaborado.

As representações são criadas para facilitar a vida e organizar a própria existência. Eles se tornaram pescadores, alteraram sua principal atividade de trabalho, mas a concepção de trabalho e natureza permaneceu muito próxima do original, pois continuaram trabalhando como meeiros e parceiros, em contato direto com a natureza. Ir para a pesca, atividade já conhecida, permitiu manter seu estilo de vida, suas representações e, por consequência, suas identidades.

Mais recentemente, com o avanço das atividades turísticas, viver na cidade se tornou dispendioso, tanto para adquirir os materiais de consumo quanto para pagar ou manter os imóveis. Os pescadores que possuíam residências próximas ao rio, lugar onde sempre moraram, foram gradativamente expulsos, pois, principalmente estes imóveis, às margens do rio, foram os que mais valorizaram. Novamente eles se encontravam em processo de transição, e pressionados a encontrar novas alternativas para manter o sustento da família.

Ao mesmo tempo em que o turismo representava uma invasão em suas vidas, por outro, abriu várias frentes de trabalho, vinculadas ou não a natureza (servente de pedreiro, jardinagem, caseiros, piloto de barco, guia turístico, criador e vendedor de iscas...).

Da mesma forma, as condições de trabalho e da natureza foram alteradas. Muitos entenderam que não eram mais autônomos e, por necessidade, precisaram terceirizar seu trabalho. Diante das possibilidades, muitos pescadores encontraram em algumas destas atividades, formas de se manterem vinculados à natureza.

Buscaram permanecer em atividades em que seu saber, experiência e vivência eram fundamentais (guia turístico ou de pesca, criador ou pescador de iscas, piloto de barco). Eles se valorizaram e mantiveram suas relações afetivas com a natureza porque acharam ou desenvolveram atividades nas quais aquelas relações faziam sentido e eram consideradas importantes.

Eles se mantêm reticentes e resistentes em mudar radicalmente de trabalho, ou abandonar a vida na natureza. Já que não é possível sonhar mais com o pedaço de terra própria e em ser pescador artesanal profissional, permanecem trabalhando vinculados à natureza, utilizando seus saberes e (re) afirmando-se como portadores dos mesmos.

Ao longo destas transições, as relações entre trabalho e natureza foram sendo alteradas. Na passagem da agricultura para a pesca, trabalhar deixou de ser tirar o sustento diretamente da natureza, esta passou a ser apenas a fonte de produtos que seriam disponibilizados, por eles, para o comércio. Hoje, para muitos, deixou de ser isto também: ela fornece apenas a paisagem que atrai os turistas e é nas casas destes que os ex-pescadores encontram e exercem suas novas ocupações; a natureza fica para os turistas.

Do ponto de vista ambiental, os pescadores profissionais de Porto Rico acompanharam, ao longo dos anos, as alterações ocorridas na região na e pela natureza, processo este, ainda contínuo. O desmatamento das margens paranaenses, as barragens, a alteração dos ciclos circunuais de níveis das águas e a diminuição dos estoques pesqueiros, são exemplos de fatos que alteraram e degradaram o funcionamento da natureza. Já a criação de parques, reservas nacionais e a proibição de acesso a muitos trechos dos rios, representam tentativas de preservar a natureza. Quanto ao homem lá instalado, pouco efetivamente foi feito.

As mudanças provocadas na natureza interferiram diretamente na vida dos pescadores, pois o rio, sem seus ciclos, não possibilita a procriação necessária de peixes, que eram a matéria prima para a manutenção de sua atividade profissional. Esta situação forçou os pescadores a buscarem, mesmo contrariados, alternativas de trabalho, seja em contato com a natureza, ou fora dela.

Estas mudanças foram entendidas e sentidas pelos pescadores, que relatavam os impactos em suas vidas. Por necessidades ou interesses econômicos nacionais os rios foram represados, para a geração de energia elétrica. Por sua vez, os represamentos alteraram intensivamente a natureza (ambiente); isto, aliado a outros interesses econômicos locais e regionais, reorganizou a economia local, dificultando e até inviabilizando a sobrevivência daqueles que subsistiam dos recursos naturais disponibilizados até então.

Os aspectos econômicos e os ambientais são vinculados diretamente à alteração e/ou manutenção dos aspectos psicossociais e culturais. Os pescadores profissionais de Porto Rico podem ser considerados como muito próximos de uma população tradicional. Diegues (1996) cita como exemplos de populações tradicionais os indígenas, os ribeirinhos e também os pescadores artesanais.

Para este autor, grupos tradicionais podem ser entendidos como:

(...) populações de pequenos produtores que se constituíram no período colonial, frequentemente nos interstícios da monocultura e dos ciclos econômicos. Com isolamento relativo, essas populações desenvolveram modos de vida particulares que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica, com sotaque e inúmeras palavras de origem indígena e negra (Diegues, 1996, p.14-15).

Por esta definição, tomada em sua íntegra, não podemos afirmar que os pescadores de Porto Rico constituem uma população tradicional porque este grupo não se encontra isolado do resto da sociedade e por ter sido constituído num período muito recente. Porém, os pescadores de Porto Rico, em um passado não longínquo, se aproximaram das populações tradicionais, pois os recursos disponibilizados na natureza eram, em sua maior parte, voltados para a subsistência. Além do café, produto destinado ao comércio, plantavam, mantinham pequenas criações de animais ou extraíam diretamente da natureza a maior parte do que consumiam.

Porém, encerrado este momento econômico local, precisaram se tornar pescadores profissionais para sustentarem a si e suas famílias e, com isto se inseriram com mais intensidade no mercado capitalista, e se distanciaram de uma vida mais tradicional. Contudo, estes pescadores ainda prezavam pela dependência e pelo cuidado com a natureza, pois compreendiam que suas vidas estavam ligadas à ela, seja pelo sustento material, seja pela constituição central de suas identidades. O conhecimento que este grupo produziu acerca dos recursos naturais e dos ciclos biológicos traduz-se no uso sustentável dos recursos naturais, necessário para a continuidade de sua subsistência.

Isto significa ainda, para eles, valorização da autonomia e do estilo de vida livre, da atividade econômica baseada no contato com a natureza e de seus conhecimentos e técnicas. Assim, suas Representações Sociais sobre o Trabalho, a Natureza e sobre eles próprios, formam teias de significados entrelaçados e inseparáveis.

Porém, as alterações ambientais e econômicas os colocam em confronto com outro elemento típico da cultura tradicional: o homem como provedor das necessidades familiares. Mesmo quando o grupo familiar participa da agricultura, o homem é o grande trabalhador, o administrador. Como não estavam conseguindo prover o sustento de seus grupos familiares, isto gerou sérios problemas pessoais: eles perderam seu papel social. Estas angústias estiveram presentes nos discursos em que diziam que queriam continuar livres, sem patrão, porém não queriam ser considerados “vagabundos”.

Paralelo ao prazer propiciado pela atividade, a pesca é um trabalho. Na configuração capitalista, trabalho deve resultar em ganhos econômicos. Assim, a situação deles, como pescadores, tornou-se crítica, pois o que ganhavam não era suficiente para garantir a sobrevivência de si e da família.

Forçados pelas alterações econômicas e ambientais, a cada mudança de atividade (agricultura, pecuária, pesca, turismo...), muitos pescadores não conseguiram continuar em trabalhos vinculados à natureza ou que propiciassem a manutenção de suas representações

sociais. Para os que se mantiveram em atividades relacionadas à natureza, suas representações de natureza praticamente permaneceram, porque continuam vinculados a terra e ao rio.

A concepção de natureza permanece muito próxima o tempo todo, cognitivamente e afetivamente, em todos eles. As condições de trabalho vão mudando porque o trabalho é a parte prática, de execução, de sobrevivência, então precisaram adaptar-se mais rapidamente, porém ainda se mantêm vinculados às Representações iniciais de trabalho e de si.

Conclusão

Tudo está em constante movimento e em permanente, e dialético, processo de transformação/conservação, reafirmando a conseqüente transitoriedade dos fenômenos estudados dentro de um determinado período de tempo. As representações sociais estão mudando, e estas por sua vez, são novos elementos que permitem a construção de novas representações.

Decorrentes das mudanças ocorridas na natureza, os pescadores profissionais se esforçam para manterem as Representações Sociais de Trabalho, mesmo diante das condições concretas de sobrevivência terem mudado (trabalho).

O que podemos perceber é que as Representações Sociais de Natureza e Trabalho compartilhadas por estes pescadores pouco têm se modificado ao longo dos anos. Suas relações deles com a natureza e o trabalho foram alteradas, mas eles estão tentando, ainda, manter ou readaptar suas Representações Sociais, para não precisar mudar quem são ou quem gostariam de ser.

Quanto às constatações e previsões futuras, apesar de toda a resistência dos pescadores para não perderem suas referências, há uma tendência (que é muito mais intensa e constante que a resistência imposta) no mundo capitalista de eliminar as diferenças. Os grupos tradicionais tendem a, se não exterminados fisicamente, perderem muito de sua cultura, pela incorporação de uma nova. O conjunto de todos os trabalhos mostra que o pescador, e a cultura local, estão em processo de extinção. Como Diegues (1996) apontou “um dos processos desorganizativos dessas culturas reside na globalização ou uniformização cultural produzida pelo capitalismo e pela sociedade de massas” (p. 92).

Diegues (1996) afirma ser antiético promover a exclusão de populações que tem mantido sua cultura, construído sua história e sobrevivido, de áreas ocupadas por eles há anos ou décadas. No caso destes pescadores, eles não estão sendo, à rigor, expulsos da região, mas impedidos de manter, com ela os mesmos tipos de contatos e de práticas. A necessidade de sobrevivência nas condições atuais coloca este grupo diante de um quadro de conflito cultural.

O grupo age à sua maneira, resistindo; contudo há poucas ações (ou isoladas) para cuidar do homem inserido naquele espaço. Existe certa preocupação com a natureza (diversidade biológica), contudo não há uma preocupação com as diferenças e a diversidade psicocultural como um todo. Os pescadores se consideram natureza, porém não são considerados como tal e, por isto, são excluídos da mesma.

Para Diegues (1996) a biodiversidade implica na dependência da diversidade biológica, social e cultural. Porém o que encontramos é uma preocupação crescente com a perda da diversidade biológica e com a conseqüente criação de parques e reservas de preservação com o intuito de preservar a beleza estética e riqueza natural, mas poucas ações para manter o homem inserido nestes espaços. Nos conflitos existentes na região, poucos consideram que o homem faz parte da natureza, e, portanto, preservar a natureza seria preservar o homem com sua cultura, aquela que, inclusive, permitiu e manteve o ambiente tal como está.

As implicações das transformações ou permanências nas Representações Sociais na vida dos pescadores é a perda gradativa da identidade vinculada a uma vida tradicional, ribeirinha, enfim, a perda gradativa de uma cultura e de uma história. Isto já é visível pela diminuição gradativa do número de pescadores profissionais, e o núcleo de resistência é cada vez menor. Como os próprios pescadores constataram a atividade pesqueira não tem futuro e sem ela toda a cultura envolvida será gradativamente perdida ou esquecida.

Os pescadores possuem um objetivo em comum: não permitir que o mundo os mude e, por meio da resistência, conseguir, ainda, se manter pescadores.

Acreditamos que qualquer pretensão futura de gerenciamento da região deve levar em consideração as constatações deste e dos outros estudos, pois ações desvinculadas de um saber anterior e da participação e envolvimento dos interessados com certeza estará sujeita a sua não concretização.

Referências

Abric, J-C. (2000) A abordagem estrutural das representações sociais. In. Moreira, A.S.P. e Oliveira, D.C. de. *Estudos Interdisciplinares de Representação Social*. (2a ed.) Goiânia: AB.

Agostinho, A. A. & Zalewski, M. (1996) *A planície alagável do alto rio Paraná: importância e preservação*. Maringá: EDUEM.

Diegues, A. C. S.(1996). *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec.

González Rey, L. (2005). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Jodelet, D. (org). (1989) *Les Representations Sociales*. Paris, PUF.

Martins, J. & Bicudo, M.A.V. (1989). *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: fundamentos e recursos básicos*. São Paulo: Moraes e EDUC.

Moscovici, S. (1978). *A Representação social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

Moscovici, S. (2005). *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. (3a ed.) Petrópolis, RJ: Vozes.

Paiola, L. M. & Tomanik, E. A. (2002). Populações tradicionais, representações sociais e preservação ambiental: um estudo sobre as perspectivas de continuidade da pesca artesanal em uma região ribeirinha do rio Paraná. *Acta Scientiarum*. Maringá, v.24, n.1, p.175-180.

Paiola, L.M. (2009). *Porto Rico: trabalho, turismo, progresso e ideologia*. Qualificação do doutorado. NUPELIA, Maringá.

Paiola, L.M., Sponchiado, D. & Tomanik, E.A. (no prelo). *Representações sociais de natureza e trabalho dos Pescadores Profissionais de Porto Rico*.

Sá, C. P. (1993). Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: Spink, M. J. *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.

Tomanik, E. A. (1994). *Olhar no Espelho: “conversas” sobre a pesquisa em Ciências Sociais*. Maringá: EDUEM.

Tomanik, E. A. (1997). Elementos sobre as representações sociais dos pescadores “profissionais” de Porto Rico. In. Vazzoler, A. E. A. de M. Agostinho, A. A. & Hahn, N. S. *A planície de inundação do alto rio Paraná - Aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos*. Maringá: Eduem. cap. III-3, p. 415-434.

Tomanik, E. A., Godoy, & Elhert (1997). A vida na região: dados socioeconômicos do núcleo urbano de Porto Rico. In. Vazzoler, A. E. A. de M. Agostinho, A. A. & Hahn, N. S. *A planície de inundação do alto rio Paraná - Aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos*. Maringá: Eduem. Cap. III-2, p. 395-414.

Tomanik, E. A. (2002). Ocupações do espaço, condições de vida e representações

Anais V CIPSI - Congresso Internacional de Psicologia

Psicologia: de onde viemos, para onde vamos?

Universidade Estadual de Maringá

ISSN 1679-558X

sociais. *Revista de Ciências Humanas*. V. Espec., 225 - 234.

Apresentação 3

(RE)CONSTRUINDO REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A (PRÓPRIA) VELHICE: UM ESTUDO ENVOLVENDO IDOSOS DE UMA POPULAÇÃO RIBEIRINHA³

Saulo Luders Fernandes

Introdução: as falácias da Velhice

Na investigação de muitos dos temas que envolvem os seres humanos, não podemos delimitar exatamente a linha que separa a esfera biológica da dimensão cultural. O envelhecimento é um destes temas, já que o processo de desenvolvimento ou curso de vida ocorre, inevitavelmente, na intersecção destas duas dimensões. Quando elegemos como parâmetro único o modelo biológico de desenvolvimento, com ênfase nas características que compartilhamos com outras espécies (nascimento, amadurecimento, reprodução, declínio e morte) construímos uma primeira forma de conhecimento falacioso, já que passamos a considerar fases como infância, juventude, maturidade e velhice como se fossem processos naturais e universais.

As fases ou períodos da vida devem ser compreendidos também como construções sociais e não apenas como conjuntos de fatos naturais. O erro não está em considerar ou aceitar a existência de tais fases, mas em percebê-las e aceitá-las como pré-estabelecidas, sempre existentes, independentes das relações sociais que as formaram ou transformaram.

Uma das funções do pesquisador, em casos como estes, é investigar a construção social de tais categorias e verificar de que maneiras esses modelos instituídos atuam como mecanismos de classificação e segregação social. Tal forma de cronologização da vida vem carregada de significados e valores, de injunções e modelos de comportamento que devem ser seguidos, em cada uma das etapas, ainda que a aceitação e a obediência a tais critérios nem sempre seja (a mais) agradável ou (a mais) satisfatória para aqueles que as vivenciam.

3 Texto extraído da Dissertação de Mestrado intitulada “(Re)Fazendo a vida: Representações Sociais sobre o envelhecimento entre os idosos de uma população ribeirinha”, elaborada sob orientação do Prof. Dr. Eduardo A. Tomanik, aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá no ano de 2009

Em uma perspectiva histórica, de acordo com Magalhães (1987), a categoria idoso pode ser compreendida como uma construção social.

Em sociedades que não tinham como seu objetivo central a produção de mercadorias e sim a produção da vida humana, o idoso era a figura responsável pela perpetuação dos grupos, suas tradições, mecanismos de sobrevivência e tecnologias. Os indivíduos recorriam a ele como aquele que possuía o conhecimento, que tinha a experiência para realizar ou para direcionar as atividades. O velho, nestas comunidades, de acordo com Bosi (2007) era o representante do passado, aquele que guardava e preservava a memória social de seu povo, que na atualização do presente configurava os espaços de formação e perpetuação da comunidade.

Porém, a partir da implantação da ordem social capitalista, no século XIX, o idoso passou a ser considerado como categoria descartável e não produtiva. Como pontua Peixoto (2007), na França do século XIX a categoria velhice passou a servir para designar as pessoas, já com idade avançada para os padrões da época e que não podiam assegurar seu futuro financeiro, os pobres e indigentes que tinham que ser assistidos pelo Estado para sobreviver. Já que possuíam bens, que detinham certa posição social e independiam das verbas do Estado para viver, eram designados como idosos. Tal distinção evidencia que caracterização da velhice, de forma pejorativa, naquele momento histórico era derivada e baseada na diminuição da força de trabalho ou na incapacidade de produção. O sujeito que não dependia da força de trabalho para sua sobrevivência, que se encontrava em uma situação socialmente privilegiada, não era velho, era idoso ou, em Francês, *personne âgée*, uma pessoa de idade.

Como pontua Peixoto (2007, p.71): “[...] a representação social da velhice é, assim, bastante marcada pela inserção do indivíduo no processo de produção”. A velhice dos trabalhadores está vinculada à inutilidade e à incapacidade de produzir.

De acordo com Simões (2007), para o patronato empresarial, não compensava mais sustentar estes velhos no mercado de trabalho, uma vez que o salário pago não compensava o rendimento produzido por eles. Foram instituídos, então, as caixas de aposentadoria, os limites de idade para o trabalho assalariado. A finalidade de tais caixas era aumentar a produtividade e diminuir os custos da produção, através da renovação dos quadros de trabalhadores, substituindo os não-produtivos pelos mais jovens.

A princípio, as aposentadorias na Europa e nos Estados Unidos, entre 1945 a 1960, foram instituídas para substituir ações filantrópicas dirigidas à população carente. Eram medidas de ajuda às famílias dos idosos carentes e de proteção aos velhos trabalhadores que não tinham condição de auto-sustento. A aposentadoria, com este caráter assistencialista, oferecia uma identidade específica aos velhos, como aqueles que não podiam se sustentar, dependentes da família e do Estado. A velhice era definida como uma fase de pobreza, de dependência e de assistencialismo (Debert e Simões, 1994).

No Brasil, de acordo com Peixoto (2007), a aposentaria foi legitimada com a criação, em 1960, da Lei Orgânica da Previdência Social, que abriu caminho para a criação, em 1966, do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). A previdência passou a ser um elemento de ordem pública. Em 1974, estabeleceu-se uma renda mensal vitalícia de 60% do salário mínimo para as pessoas de mais de 70 anos e, somente com o advento da nova constituição brasileira em 1988, estabeleceu-se o salário mínimo como direito dos idosos.

Ante o crescimento dos aposentados da classe média, esta imagem do velho carente, que deve ser assistido pelas instituições estatais e cuidado pela família, começou a ser altera. Como afirma Simões (2007), aqueles que, por possuírem melhor condição financeira, não dependiam da aposentadoria estatal para sobreviver, estavam ligados aos fundos de pensões privados. A aposentadoria, que funcionava para os carentes como medida de assistência, passa a ser garantia de independência financeira para a crescente classe média de aposentados.

Os investimentos da classe média nos fundos de pensões vão fazendo com que estes se transformem em agências financeiras poderosas. Um novo mercado financeiro é criado para atender ao novo grupo de idosos. Acompanhando o crescimento do novo mercado, ocorre a criação de uma nova categoria para o envelhecimento, em contraposição às classificações pejorativas de velhos ou aposentados; cria-se, como denomina Debert (2007), a terceira idade. O idoso, antes excluído por não poder mais participar como força de trabalho para produção, neste momento histórico passa a ser incluído como novo consumidor potencial.

A terceira idade é uma classificação perversa que substitui a categoria velho (não produtivo) por melhor idade (desde que consumidor). É no espaço do consumo que o idoso é incluído; fora dele ainda é visto como dejetos social. O novo conceito, proposto para uma

classe e grupo, retira a característica de término da velhice; esta passa a ser vista como mais uma etapa da vida, mais uma idade e não a última, como era caracterizada anteriormente.

Até o termo aposentadoria ganha um adjetivo a partir da nova classificação; ela passa, agora, a ser denominada aposentadoria ativa. Como afirma Debert (2004 p. 61), “os signos do envelhecimento são invertidos e assumem novas designações; ‘nova juventude’, ‘idade do lazer’, [...] o asilo passa a ser chamado de centro residencial, o assistente social de animador social”.

Nesta inversão de signos, o envelhecimento perde as suas características tradicionais, de uma fase de recolhimento, de conservação da cultura e de reelaboração do passado, para o retorno à juventude.

O prestígio do novo, do que é jovem, que se encontra presente no discurso cotidiano, é colocado como a forma adequada para o envelhecimento saudável. Como afirma Haddad (1986) o idoso, para viver bem a sua velhice, tem que conservar-se jovem.

Não estamos defendendo a ideia de que todo idoso tem que ficar recolhido e apenas apegado ao seu passado, não inovando ou procurando formas de atualização. A velhice pode ser vivenciada de formas diferenciadas e devem ser experienciadas tais formas emergentes de envelhecer. No entanto, é preciso enfatizar que colocar a juventude como modelo a ser buscado por um grupo que não atingirá as expectativas e características do jovem, é preconizar mais uma ideia falsa, cujo grande objetivo é apenas a manutenção do consumo.

Da mesma maneira que não podemos ou não devemos considerar apenas a dimensão biológica dos processos de envelhecimento humano, tampouco podemos negar que aquela dimensão faz parte desse processo. Um idoso não tem mais a mesma disposição física e a estrutura biológica de uma criança ou adolescente. Como afirma Neri (1995), estes se encontram biologicamente, em uma fase de expansão e crescimento; diferente do idoso que está em um processo de desestruturação biológica. Cria-se, portanto, uma nova falácia pautada em constituições ideológicas e de categorias sociais que autorizam as formas de existência dos idosos.

Mesmo pautadas em interesses financeiros e de mercado, as imagens criadas pela categoria terceira idade possibilitaram novas formas de pensar e viver o processo de envelhecimento, o que proporcionou uma revisão dos estereótipos e uma desestabilização de

imagens culturalmente arraigadas sobre o envelhecer. Nesse novo cenário, há abertura para maneiras diversificadas de viver a velhice; não há apenas uma forma de envelhecer, esta fase passa a ser vista como um processo heterogêneo.

Com base nestas reflexões, investigações históricas e na compreensão da categoria envelhecimento como parte de configurações sociais, o processo de pesquisa-intervenção que deu origem a este relato procurou analisar e atuar nas Representações Sociais do envelhecimento entre um grupo de idosos da cidade de Porto Rico, Estado do Paraná, Brasil. Neste relato pretendemos, ainda, mostrar como tais Representações, no decorrer da pesquisa, foram reinventadas, gerando novas compreensões, sentidos e significados sobre o envelhecer.

As Faces das Representações Sociais

A teoria das Representações Sociais perpassa este estudo pela possibilidade, que abre, de compreensão das constituições das redes simbólicas e das práticas sociais de determinados grupos e comunidades sobre os fenômenos e objetos que constituem a sua vida cotidiana.

As Representações Sociais são configuradas nas práticas da vida social, nas condições materiais vivenciadas pelos grupos. É no encontro entre os sujeitos que as diferenças e as perspectivas divergentes sobre um mesmo acontecimento entram em contato e, muitas vezes, em atrito. Tais discrepâncias estabelecem pontos de clivagem entre as representações, que levam o indivíduo a repensar seu posicionamento frente ao fenômeno refletido. Tais crises formam fendas e lacunas conceituais que abrem possibilidades para a elaboração de novos sentidos e formas de significar os eventos e o espaço social.

Pensando desta maneira, representar é oferecer sentido e ordem às relações cotidianas, desenvolvendo formas de pensar e explicar a realidade social; é compartilhar modelos de pensamento e explicações que são construídos e reconstruídos pelos indivíduos durante o processo de socialização e, com bases nesses modelos compartilhados, constituir uma nova realidade.

A formação da representação social é um processo dinâmico, que abre possibilidade de re-configuração do real aos sujeitos que representam. “Enquanto essas representações, que são partilhadas por tantos, penetram e influenciam a mente de cada um, elas não são pensadas por

eles; melhor, para sermos mais precisos, elas são re-pensadas, re-citadas e re-apresentadas” (Moscovici, 2004, p. 37).

Representar não é formular uma imagem estrita ou um reflexo idêntico sobre a realidade, é no processo de socialização constituir a realidade sobre as práticas cotidianas. Como explica González Rey (2004), cada sujeito fomenta representações de forma particular e diversa; no entanto, isto não quer dizer que elas são frutos da mente de cada um, isoladamente. O que oferece a ela o caráter social é o compartilhamento coletivo dos significados, conceitos e valores que as constituem. Mesmo apresentando aspectos singulares a cada indivíduo, ela constitui-se como parte do emaranhado de significados e sentidos que embebem a realidade e o grupo a qual o sujeito está inserido.

A realidade e o universo social circundante dos grupos e comunidades estão sujeitos a mudança, esta é a condição para se constituírem como fenômeno social e as bases de transformação das representações. O que fomenta a formação das representações sociais, para Moscovici (2004), são as mudanças nas condições de vida dentro da sociedade.

As representações são conhecimentos fundados nas práticas sociais e ambas formam uma intersecção como parte de um mesmo processo, a construção da realidade social. Agir sobre o mundo é constituir representações e representar é realizar atividades e construções sociais.

As representações são produções sociais que expressam significados muito variados, dependendo da realidade nas quais emergem. Representar é criar um novo espaço do saber, na qual a dimensão individual e a coletiva encontram-se circunscritas. É a formação de uma esfera de ligação entre o campo social/objetivo e o psicológico/subjetivo, construindo, mediante esta sobreposição, um conhecimento prático sobre a realidade social.

Opções metodológicas

Para lançarmos a proposta da presente investigação, de analisar a representação social do envelhecimento entre os idosos ribeirinhos da cidade de Porto Rico e as suas constituições durante o percurso da pesquisa, utilizamos as bases metodológicas e epistemológicas da pesquisa qualitativa.

Utilizar as bases metodológicas da pesquisa qualitativa não é somente ater-se a instrumentos que priorizam o discurso ou dados qualitativos. É propor outra compreensão epistemológica, que escapa as compreensões dicotômicas da relação de pesquisa entre sujeito cognoscente e objeto cognoscível. Nesta perspectiva, de acordo com González Rey (2005), sujeito e objeto se constituem no processo de investigação, ambos são formações históricas que não podem ser dissociadas das redes de significação social que os formam e que eles formam.

Nesta vertente metodológica o objeto de pesquisa é considerado como ativo na construção do saber, não é visto como um objeto que se encontra distante e estático, à espera do pesquisador que irá desvelar e conhecer as regras e leis que regem suas reações. Como seres sociais, pesquisadores e pesquisados encontram-se em processos interativos de interpretação e construção de conhecimentos.

Com base nestes pressupostos epistemológicos e na destituição da neutralidade científica como suposto para o estudo, constituímos como método da presente investigação a pesquisa participante que propõe, de acordo com Le Boterf (1984), desenvolvimento de conhecimentos junto à população, que a auxiliem na análise e interpretação das contradições existentes em sua realidade.

Desenvolvimento do processo de pesquisa

Adotando tais pressupostos epistemológicos e metodológicos, iniciamos a investigação por meio de um estudo histórico, com a finalidade de caracterizar a população e compreender o desenvolvimento e a formação da região em que se encontra a cidade de Porto Rico, localizada as margens do Rio Paraná.

A região e sua História

Porto Rico localiza-se na região Noroeste do Paraná. Esta região teve seu processo mais recente de colonização, planejado e incentivado pelo Governo Estadual iniciado em 1920, com a instalação de algumas fazendas de café na região. A divulgação da existência de terras

produtivas e disponíveis a baixos custos criou uma expectativa e um atrativo para pessoas vindas do Nordeste e Sudeste, que procuravam, nesta região, o sonho da terra própria, na qual pudessem plantar e colher para a subsistência e a seu próprio mando (Rosa, 1997).

Porém, o sonho das terras produtivas e do enriquecimento se desfez entre os anos de 1955 e 1965, quando o governo federal, para conter a superprodução do café no país frente às balanças internacionais, passou a incentivar a redução do cultivo. Como afirma Rosa (1997, p. 381): “nas regiões de Paranavaí e Umuarama, foram erradicados 62 milhões e 807 mil cafeeiros, liberando áreas para a introdução das pastagens plantadas”.

A substituição das pequenas propriedades, voltadas para o cultivo do café, pelos grandes latifúndios pastoris ou destinados a alternativas mecanizadas de agricultura levou à expulsão de milhares de famílias que migraram para regiões norte e centro-oeste ou instalaram-se em ilhas no rio Paraná.

No período entre 1982/1983, as famílias que ocupavam as ilhas da região, em sua maioria, tiveram que migrar para os centros urbanos por causa das cheias que os expulsaram novamente de suas terras. Esse readensamento populacional resultou em novos conflitos, porque os ilhéus, desapropriados de suas terras, não encontravam trabalho nos centros urbanos regionais.

Passado o período de cheias, como afirma Sá (2002), algumas famílias retornaram às suas posses nas ilhas e regiões ribeirinhas. Para as que permaneceram em terra firme, as poucas alternativas de trabalho que restaram foram: o trabalho assalariado em propriedades agrícolas ou em algumas empresas de extração de areia; o trabalho como bóias-fria ou volantes nos períodos de colheita; e a pesca que já se apresentava escassa, por transformações ambientais, particularmente pela implantação das barragens construídas ao longo do rio.

O processo de ocupação da região foi e ainda é configurado por muitos conflitos. A população menos favorecida, que migrou para a região em busca da terra própria almejada e de autonomia, foi, ao longo do processo histórico, expulsa de suas terras e destituída das atividades primordiais que desenvolvia, como a pesca e a agricultura familiar.

O grupo pesquisado

Os participantes da pesquisa foram idosos membros do grupo de terceira idade da comunidade. Os 19 idosos, sendo 17 mulheres e 2 homens, participantes do grupo eram protagonistas da história de migração, luta e resistência em busca da terra e do sustento anteriormente descrita. A idade dos membros do grupo oscilava na faixa de 53 a 74. Nenhum integrante do grupo nasceu na cidade, todos eram imigrantes de outras regiões ou municípios.

O tempo de residência dos idosos do grupo de terceira idade nos arredores de Porto Rico e do Rio Paraná variava de 2 a 55 anos, sendo que somente uma integrante tinha vindo a se estabelecer na cidade há 2 anos, para cuidar do seu pai doente. Com exceção desta pessoa, o tempo mínimo de residência dos integrantes perfazia 18 anos, com uma média de 39,7 anos. Os idosos do grupo eram pioneiros da região, alguns haviam se estabelecido em seus arredores antes mesmo da fundação oficial do município de Porto Rico, em abril de 1964.

Em relação à ocupação laboral realizada no passado, 19 membros do grupo, ganhavam seu sustento com trabalhos braçais, sendo que, destes, 12 trabalharam como lavradores ou bóias-fria em fazendas e sítios alheios. Outros 6 começaram a trabalhar em lavouras de café mas, depois da queda do cultivo cafeeiro, procuraram na atividade da pesca a sua forma de sustento. Somente uma integrante do grupo tinha nível de instrução médio incompleto e não exerceu trabalhos braçais, tendo atuado em órgãos públicos.

O processo

Realizamos os primeiros contatos com o grupo, em julho de 2007, para verificar a viabilidade do estudo. Conferida esta possibilidade, entramos em contato com a população para explicar os objetivos e entregar os termos de consentimento da pesquisa.

Posteriormente, efetuamos cinco observações assistemáticas, de caráter exploratório, no período de agosto a outubro de 2007. Após o reconhecimento inicial, iniciamos um período de participação quinzenal nas reuniões do grupo de terceira idade. Esta participação forneceu um registro mais acurado das condições do grupo e um contato mais próximo com ele, o que

auxiliou na construção de uma primeira análise sobre suas Representações Sociais sobre o tema do envelhecimento.

A análise inicial foi realizada concomitante à nossa participação no grupo. Ela foi estruturada a partir de entrevistas semi-dirigidas, realizadas de forma individual, nas casas de 14 pessoas (12 mulheres e 2 homens), pois alguns membros do grupo não quiseram participar deste processo inicial.

A análise inicial levou à construção de duas categorias representacionais. A primeira, na qual a velhice aparecia como processo de vivência circunscrito ao espaço da vida privada, restrita à atividades cotidianas como limpar a casa, cuidar dos netos, fazer almoço, entre outras. A segunda apresentava o idoso como integrante dos grupos de terceira idade. Nesta categoria representacional viver a velhice era tornar-se jovem.

Ambas as categorias representacionais derivavam de modelos sociais prontos, vigentes e estabelecidos. O primeiro configura o idoso como sujeito que se tornou incapaz para a produção de capital e que, por esta razão, não tem mais como contribuir para a comunidade. A segunda categoria realiza a inversão de significados da velhice preconizando, com base nas leis do mercado e do consumo, que o envelhecer saudável implica na retomada da juventude.

Assim, as constituições representacionais preconizadas pelo mercado derramavam-se nas malhas discursivas e práticas da comunidade, e os próprios idosos passavam a legitimar este modelo e a rechaçar outros, que transpassassem as linhas deste padrão instituído: “velhice é para estes velhos que ficam em casa. Até no grupo tem um desses que só querem ficar no tricô e no papo, não dançam e se divertem. Eu não sou este tipo de velha, eu sou nova” (L. 67 anos).

A análise inicial foi devolvida à comunidade, na forma de discussão. Durante as reflexões levantamos a importância dos relatos de vida e das histórias contadas por eles. Vários dos idosos passaram a perceber-se como os cuidadores da memória social da comunidade.

Após estas discussões realizamos uma fase de planejamento de estratégias de ação para lidar com as categorias apresentadas. Nessa discussão, eles manifestaram o desejo de

trabalhar com algo que envolvesse as suas histórias de vida, o que culminou na produção de um livro sobre histórias de vida, contos de pescador e receitas culinárias.

O livro tornou-se o instrumento através do qual os idosos puderam refletir e configurar, no plano da vida cotidiana, Representações Sociais que fogem aos modelos pré-estabelecidos, constituindo novos campos possíveis para o envelhecer.

Nosso propósito seguinte, neste texto, é analisar a constituição, a construção e as transformações pelas quais passaram as Representações Sociais daquele grupo sobre o envelhecimento, ou seja, sobre eles próprios.

Análises: as Representações Sociais como Produto e como Processo

Na presente investigação propomos a análise em duas perspectivas: uma focalizada na representação como produto, como um campo estruturado, na qual procuramos compreender e descrever os conteúdos cognitivos e afetivos da representação do grupo sobre o envelhecimento; outra que compreende a representação enquanto processo, como um *continuum* de construção e desconstrução, na qual buscamos investigar a elaboração e a transformação das Representações Sociais a partir das trocas e relações experienciadas na vida cotidiana.

Representação como Produto

Na análise da representação como produto, elencamos duas categorias centrais que transpareceram no discurso e nas práticas do grupo investigado: o idoso como velho não produtivo e o idoso ativo como categoria de terceira idade.

A concepção de velhice como o período da improdutividade, oriunda e enraizada na cultura ocidental, revela-se nas entrelinhas dos discursos e nas práticas dos idosos de Porto Rico.

Sei lá. A vida aqui está sempre a mesma, estamos levando essa vida de idoso. Antigamente tinha muita coisa para fazer, a gente trabalhava mais. Hoje não, hoje, a gente fica muito em casa, faz o serviço e só isso. Aquele trabalho pesado no roçado, não dá mais não. Ai ficamos assim encostado (L. 75 anos).

Nas primeiras discussões propostas ao grupo foi questionado, a partir da frase, “o que o idoso pode fazer?”, o papel deles na comunidade. Quando interrogados, as primeiras frases apresentadas foram: “a gente não faz mais nada não. No máximo é limpar a casa, cuidar da família, mas isto não é trabalho de verdade. Trabalhar é ir para roça plantar colher.” (B. 74 anos);

Num caso como este, as representações sociais construídas não são fenômenos circunscritos somente pelas relações estabelecidas entre o grupo, elas percorrem um cerne que perpassa desde a dimensão cultural (o campo social, das relações do grupo), até a esfera pessoal, ao dia-a-dia de cada indivíduo.

A segunda concepção arraigada no grupo a respeito do envelhecimento era o idoso ativo como categoria de terceira idade. Esta concepção impositiva de velhice ativa se fazia presente nos discursos de alguns membros do grupo:

esse negócio de ficar em casa é para os velhos, não que eu não seja velha, mas sou ativa, meu marido mesmo parece que tem 3000 anos, só fica em casa. Viver a velhice, para mim, é se divertir. Pior aqueles que ficam só em casa, vendo o passado e o tempo passar. Isso sim é ficar velho (L. 67 anos).

Neste discurso a palavra ativa substitui o significado de ser velha “não que eu não seja velha, mas sou ativa”, levando a uma contradição e uma imposição pejorativa aos idosos que não compartilham desta forma de significar a velhice. Pois o velho é aquele que fica em casa rememorando o passado que se foi, enquanto o idoso que leva uma vida agitada, não entra nesta categoria pejorativa, ele é um ser ativo que vive atualizado, no presente.

Por estes parâmetros, não cabe mais o velho que vive momentos dedicados a relembrar e reconstruir as memórias de dias idos com amigos do passado. É preconizado o lazer, as brincadeiras e a atualização constante do mundo no qual vivem.

A pessoa tem que sempre, sair se divertir, estar informada com o mundo. Aqui mesmo a primeira dama trouxe um curso de computação para nós, mas ninguém vai, ou se vai é

um ou dois. Parece que não querem mais viver, querem ficar parados no tempo (M. A., 61 anos).

Esta representação se molda e revela-se com roupagens específicas do grupo, porém não perde suas características mais gerais, transparecendo nas minúcias das relações e das práticas da vida social.

Aqui na cidade tem muita gente que não participa do grupo de terceira idade porque dizem que esse negócio de ficar passeando, viajando e, principalmente, trabalhando com artesanato não é coisa para gente velha não, que agora é tempo de descansar, que já fizeram muito na vida. É claro que devemos descansar um pouco, afinal trabalhamos muito, mas ficar sem fazer nada não dá. Ah, para mim isso é desânimo, é falta de vida (N. 69 anos).

O sentido oferecido ao envelhecimento presente neste trecho, não segue de forma precisa o sentido de velhice ativa, presente no campo cultural, pois o grupo traz consigo experiências específicas, como o trabalho braçal, na roça, que o fazem significar a velhice de forma diversa e específica. Para esta população o processo de envelhecimento não se restringe somente à diversão e ao lazer, ele pode ser compreendido também como uma fase de descanso, após anos de trabalho.

Trabalhei e sofri muito, agora é hora de aproveitar. Sabe, desde criança meu pai sempre levou a gente nos bailes, nas quermesses. Ele sempre tocava algum instrumento e nós pegamos gosto pela música. Em casa sempre fomos muito de dança e música. Por isso gosto dos bailes, de gente. Dificilmente fico em casa o dia todo, sempre tenho uma coisinha para fazer. Ficar velha para mim é aproveitar algumas coisas que fazia no passado (J. 70 anos).

O discurso anterior centra-se na representação de velhice como vida ativa presente na cultura atual, porém revela algumas peculiaridades circunscritas ao grupo de terceira idade e

específicas à esfera pessoal do investigado. Os membros que compõem o grupo apresentam uma história de trabalho em comum, que transparece na forma como eles compartilham, concebem e vivenciam a velhice.

Para os integrantes, que trabalharam a vida toda na atividade braçal, ter que abandonar e deixar de realizar estes afazeres, exige deles uma re-significação da vida que é estabelecida através da categoria de envelhecimento ativo, como afirma J. (70 anos): “Para a gente que sempre trabalhou é duro ficar parado viu?”. Os afazeres ligados ao grupo de terceira idade contribuem para a vivência de uma velhice mais ativa, para aqueles que tiveram uma vida dedicada ao trabalho.

O conceito de envelhecimento ativo contido na categoria terceira idade se expressa no grupo estudado, às vezes, de forma autoritária, como um modelo ideal de velhice a ser seguido. Talvez esta manifestação arbitrária deva-se aos discursos dos especialistas presentes na cultura nacional, que procuram, por meio do seu saber, ditar as regras do bom envelhecer. Esta concepção de velhice não se manifesta de forma estrita, ela é re-significada nas relações e práticas da vida do grupo, que produzem novos sentidos, a partir de suas representações enquanto comunidade e como sujeitos que possuem uma história pessoal.

Representação como Processo

Pensar as representações como processos envolve compreendê-las como formas que se configuram nas trocas discursivas e nas relações sociais. O movimento de construção, fragmentação e re-significação dos objetos representados ocorre de forma incessante, por vezes alterando a representação como um todo e, em outras, somente seus conteúdos periféricos. As representações que se encontram enraizadas na cultura ou na vida cotidiana dos grupos, alteram-se de forma mais lenta e gradativa, enquanto as que apresentam características emergentes são mais voláteis. Todavia, este movimento de re-configuração está sempre presente, mesmo que de forma sutil e mínima, nas práticas e percepções da vida social.

Em cada encontro e discussão, no embate de significados e sentidos diversos atribuídos à velhice, as percepções e formas de conceber o envelhecimento, tanto do pesquisador como dos investigados, foram modificadas. No momento em que as experiências e as histórias de vida de cada membro começaram a ser valorizadas pelo grupo, eles transformaram-se de indivíduos isolados e improdutivos, naqueles que trazem consigo um artefato social estimado, a memória e as tradições da comunidade. Como lembranças vivas, que se não forem transmitidas a outros, estarão fadadas ao esquecimento, ou a serem apenas registrados em nomes de ruas, placas ou documentos históricos que nem sempre contam a história do povo.

No desenrolar da pesquisa, a partir das discussões e experiências vivenciadas pelos participantes e pelo pesquisador, construiu-se um processo representacional que foi analisado e categorizado como o idoso como memória da comunidade.

Esta categoria começou a transparecer no grupo no momento em que sentiram o desejo de produzir um livro com suas histórias de vida, o que trouxe a eles a responsabilidade de reconstruir o passado, muitas vezes esquecido.

A princípio, o objetivo do livro aparecia como limitado ao registro de vivências e experiências de vida de cada integrante, restrita a sua história pessoal. Todavia, a cada encontro, no qual dois idosos contavam suas histórias, os outros começaram a sentir-se parte daquela vida lembrada. Não percebiam aquelas vivências como concernentes somente à história pessoal do narrador, pois elas se entrelaçavam às suas próprias reminiscências, tecendo uma rede na qual transparecia uma história em comum, com formas de vida, saberes e valores partilhados, revelando a memória social daquela comunidade.

Como afirma Brandão (1998), o ato de rememorar inicia-se nos recônditos mnemônicos dos sujeitos, porém estas lembranças tornam-se vivas ao serem partilhadas com outros. As reminiscências ganham vida na medida em que participam delas pessoas com quem se viveu e elementos culturais e sociais da época em que aconteceram. As lembranças são dos sujeitos, mas estão inscritas na vida de outros e em um determinado tempo. A história pessoal está imersa na memória social de grupos e comunidades, faz parte da vida coletiva.

É verdade aquela época foi dura. Todo mundo aqui é de fora, talvez um ou outro, são daqui de perto da cidade, mas a maioria é de fora. Trabalhamos tudo por estas terras aqui

de perto, foi uma vida dura, sair de longe com a filha no colo e outro no chão e vir pra cá. Acho que todo mundo tem um caso parecido, de sair de longe querendo melhorar a vida. (M. M. 65 anos).

Os idosos do grupo investigado apresentam histórias em comum; eles deixaram para trás a terra na qual nasceram e viveram partes significativas de suas vidas, para buscarem em outra a oportunidade de ter um roçado para plantar e sustentar a sua família. Vidas marcadas pelo trabalho e pela migração: a despedida da terra natal, a vida nos arredores de Porto Rico, em sítios e fazendas e posteriormente a vida nas ilhas, lembrada como momentos de fartura, e por fim a mudança para o centro urbano do município.

São estas vivências e lembranças em comum, compartilhadas por eles, que perfazem o sentimento de guardadores das tradições, da cultura e da memória da comunidade.

A narração dos idosos sobre suas histórias de vida proporcionou a desestabilização dos núcleos representacionais presentes e a construção de novas formas de representação da velhice e seus processos. O envelhecimento passou a ser ancorado de forma positiva, como um momento de reconstituição do passado e os idosos passaram a ser objetivados como os guardiões da memória social da comunidade. Os integrantes do grupo começaram a se perceber como histórias vivas e a valorizar o conhecimento que formaram.

Quando penso na história da minha vida vejo que tenho muito para ensinar mesmo. Aqui da cidade tenho muitos casos que vivi e que lembro perfeitamente. Naquela época aqui na cidade nem médico tinha, na verdade nem cidade tinha direito. Era mais o rio mesmo. Para cuidar da saúde a gente foi aprendendo, coisas que vinham da mãe ou da avó. Receitas caseiras para curar tudo que é tipo de doença. E olha lá heim? Sem estudo nenhum, só com coisas que aprendi com a mãe, a avó e tias. Tudo com erva do mato, remédio ninguém tomava não. Às vezes, quando precisa, ensino as filhas e faço umas misturas para ajudar algum neto (J. 70 anos).

Ao ouvir as vidas narradas percebemos a construção de uma história que foge as formas lineares apresentada nos registros oficiais. Ao olhar para os integrantes do grupo de terceira idade vemos a história daquela comunidade em cada rosto marcado pelo sol e mãos com

sulcos do trabalho na roça e nas quantas redes puxadas durante a vida. Os idosos atuaram, por meio de suas reminiscências, como arqueólogos, que procuram reconstruir sentidos e significados de artefatos que resistiram à ação do tempo e que se apresentam, mesmo que desgastados, vivos na realidade presente.

(Re)fazendo Representações

A realidade, bem como os saberes concernentes à vida cotidiana, são produzidos nas práticas da vida em sociedade, na relação entre sujeitos e de suas formas de conceber e significar os acontecimentos do mundo. Estas formas diversas de compreensão configuram redes complexas, nas quais representações culturais arraigadas nas tradições de um povo, juntamente com as sociais, compartilhadas entre os membros de grupos e as pessoais, circunscritas história do sujeito, se transubstanciam em realidades, em que todas co-habitam o mesmo universo social, a vida cotidiana.

Assim, nossa pesquisa, destinada, inicialmente, a analisar as Representações Sociais sobre o envelhecimento dos idosos de um grupo de terceira idade, não pôde restringir a sua análise somente às Representações Sociais. Estas estão inscritas e são formadas por redes representacionais, nas quais a história pessoal de cada idoso e os valores e concepções culturais enraizados em suas formas de pensar e viver a vida configuram um universo social complexo e indissociável. Os processos de construção e de compartilhamento dos saberes transitam por esferas macro e micro sociais e individuais, passados e presentes. Elementos provenientes de todas estas esferas, ao se relacionarem, transformam os sentidos e alteram os significados dos fenômenos socialmente representados.

No caso desta pesquisa, as alterações nas Representações Sociais do grupo atuaram nas práticas da vida cotidiana de cada sujeito, modificando sua compreensão e valores pessoais quanto à velhice.

As Representações Sociais, quando processadas nos grupos, alteram os sentidos, significados e os valores do fenômeno representado, bem como o universo pessoal dos sujeitos que representam. Porém, trazem em seu bojo concepções e conhecimentos enraizados na cultura destas comunidades, concepções culturais estas que, modificadas de forma sutil, acompanharão as silhuetas das Representações Sociais e pessoais construídas e re-significadas

nas relações e práticas da vida cotidiana. As Representações Sociais, ao se configurarem com suas novas formas, trazem consigo vestígios de seus contornos anteriormente delineados, porém tornam-se outras ao perpassarem as novas práticas cotidianas, que oferecem sentidos diversos aos fenômenos da realidade.

Referências

Bosi, E. (2007). *Memória e sociedade; lembranças de velhos* (14ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras.

Brandão, C. R. (1998). *Memória/Sertão*. São Paulo: Cone Sul e UNIUBE.

Debert, G. G., & Simões, J. (1994). A aposentadoria e a invenção da “terceira idade”. Em G. G. Debert (Org.), *Antropologia e velhice. Textos didáticos* (pp. 31-48). Campinas: IFCH/UNICAMP.

Debert, G. G. (2004). *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: FAPESP.

Debert, G. G. (2007). Antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. Em M. Moraes & L. Barros (Orgs.), *Velhice ou terceira idade?* (pp. 49-68). Rio de Janeiro: FGV.

González Rey, F. L. (2004). *O social na psicologia e a psicologia social*. Petrópolis: Vozes.

González Rey, F. L. (2005). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Haddad, E. G. M. (1986). *A ideologia da velhice*. São Paulo: Cortez.

Le Boterf, G. (1984). Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. Em C. R. Brandão (Org.), *Repensando a pesquisa participante* (pp. 51-81). São Paulo: Brasiliense.

Magalhães, D. N. (1987). *A invenção social da velhice*. Rio de Janeiro: Edição do autor.

Moscovici, S. (2004). *Representações sociais: investigação em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.

Neri, A. L. (1995). Psicologia do envelhecimento: uma área emergente. Em A. L. Neri (Org.), *Psicologia do envelhecimento* (pp. 13-40). Campinas: Papirus.

Peixoto, C. (2007). Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velhos, velhote, idoso, terceira idade... Em M. Moraes & L. Barros (Orgs.), *Velhice ou terceira idade?* (pp. 69-84). Rio de Janeiro: FGV.

Rosa, M. C. (1997). Processo de ocupação e situação atual. Em A. E. A. M. Vazzoler, A. A. Agostinho & N. S. A. Hahn (Orgs.), *Planície de inundação do alto rio Paraná* (pp. 371-394). Maringá: EDUEM, Nupélia.

Sá, L. C. T. (2002). *História Local e ambiente: recortes históricos do município de Porto Rico, Paraná*. Dissertação de Mestrado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais, Universidade Estadual de Maringá.

Simões, J. A. (2007). A maior categoria do país: o aposentado como ator político. Em M. Moraes. & L. Barros (Orgs.), *Velhice ou terceira idade?* (pp. 13-48). Rio de Janeiro: FGV.